

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Roberto Carreira

**Relações Internacionais e
Políticas Públicas de Promoção
a Saúde e Atividade Física:
bases gerais e análises
específicas.**

Campinas
2005



Roberto Carreira

**Relações Internacionais e
Políticas Públicas de Promoção
a Saúde e Atividade Física:
bases gerais e análises
específicas.**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Bacharel/Licenciado em
Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves

Campinas
2005

Roberto Carreira

**Relações Internacionais e Políticas
Públicas de Promoção a Saúde e
Atividade Física: bases gerais e análises
específicas.**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Roberto Carreira e aprovado pela Comissão julgadora em: 05 / 12 / 2005.

Aguinaldo Gonçalves
Orientador

Vera Madruga Aparecida Forti

Ana Paula Vicentin

Campinas
2005

Dedicatória

Dedico este trabalho à busca de se deixar uma marca, algo para ser lembrado por bem, à tentativa de em uma breve ação construir ou tentar construir algo a ser deixado àqueles que pretendem dar continuidade nessa jornada interminável do conhecimento. Na sincera intenção de contribuir com algo ao mundo, dedico este trabalho a você, que encontrou o que procura nesta dissertação.

Agradecimentos

Agradecer tendo realmente o que e a quem agradecer, não apenas para preencher linhas é um ato de grande felicidade. A todos os citados abaixo, meus agradecimentos.

Ao professor Aguinaldo Gonçalves, meu orientador, que sempre se dispôs a me ouvir, a me incentivar, a corrigir (e como!) meus escritos, e que em poucas palavras, numa breve conversa, não permitiu que minha motivação com este trabalho fosse perdida.

Ao professor Shighenoli Myamoto (IFCH) que foi o ponto de partida para a monografia, me indicando as referências necessárias para escrever minhas idéias.

À Andréa Valle, a quem meu coração pertence, que mesmo de longe, em nossas conversas pelo Skipe, sem ser de forma explícita, me incentivava a continuar e a escrever sempre, mesmo nas horas em que nada me ocorria a dissertar. Trabalho concluído! Esse é mais um passo em direção ao dia em que estaremos juntos.

Ao meu amigo João Henrique Coutinho Tomaz, que me ajudou com referências importantes também para o trabalho, que o que tem de bom conselheiro tem de bom ouvinte, e excelente companhia para as nossas caminhadas filosóficas.

Sobre a vida nesses cinco anos de FEF, que ajudaram a moldar meu caráter, que ajudaram a ampliar meu mundo:

Agradeço aos amigos que fiz, aos mais companheiros: Zé Vitor, Marcelo Minari, Lemão (Ricardo Paniza) pelos bons momentos nesses anos que passaram tão rápido que mal consigo acreditar está por acabar mais esta etapa em minha vida.

Aos amigos que pouco tive contato nesses anos, mas que ainda assim, não deixam de ser bons amigos: Lemão (ogro!!), Leo Polito, Dany Sartoram (sempre me ajudou quando estava longe da FEF!!☺), Frebs, "pau pra toda obra nas baladas", Marcinha Orlando, Joaquim (punk rock!!!! Sóóóó!!!).

Agradeço a Deus não pela conclusão de mais uma tarefa na minha vida, mas pela oportunidade de ter podido passar por isso, e me fazer mais forte e melhor, para que eu seja mais merecedor do dom da vida.

Aos meus pais que, embora estejam cada um morando em um lugar, sempre estarão no meu coração, que me criaram com amor e carinho, para que eu pudesse ser quem sou, e que me orgulho muito disso.

A todos, OBRIGADO!!!!

CARREIRA, Roberto. *Relações Internacionais, Políticas Públicas e educação Física: bases gerais e análises específicas*. 2005. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RESUMO

Um tema de grande recorrência no vasto campo fenomênico da Educação Física, como disciplina pertencente à área de ciências da saúde, tem sido o das políticas públicas de promoção à saúde e atividades físicas. Para entender a consecução dessas políticas, é preciso analisar o contexto no qual estão inseridas, partindo-se da análise das Relações Internacionais, compreendendo-as e integrando a sua conjuntura à realidade das políticas públicas elaboradas.

Analisando uma série de eventos internacionais em cadeia, políticos e econômicos, baseados em três paradigmas das Relações Internacionais citados na literatura, a arquitetura do endividamento externo dos países latino-americanos, e do Brasil, fica evidente. Tal fato constituiu-se numa variável de grande peso para adoção de medidas alinhadas à nova ordem mundial, cunhada em interesses econômicos acima de qualquer outro assunto.

O alinhamento da concussão das políticas públicas com a realidade mundial das Relações Internacionais compõe o elo de união entre os dois assuntos, a princípio distantes e não correlacionados. Estando os gestores de políticas de acordo com as tendências vigentes ao produzirem seu trabalho, alinham-se às premissas globais, e subjulgam-se a elas, caracterizando assim o vínculo como sendo de submissão.

Em vista dessa harmonia, percebe-se o discurso sobre as políticas públicas, envolvendo a adesão e permanência nos programas propostos por elas como estando alinhado à conjuntura global, junto com a lógica de Estado-mínimo, onde a omissão do poder público em levar em conta que existe a variável das condições sócio-econômicas, dá espaço a iniciativas de outros atores sociais que, visando seus interesses particulares, elaboram programas sociais envolvendo atividades físicas e saúde. Esse discurso visa a culpa no indivíduo, em sua "recusa" em adotar um hábito saudável de praticar exercícios, porém, na análise deste trabalho, percebe-se que trata-se de um argumento paliativo.

Palavras-Chaves: Relações Internacionais, Políticas públicas de promoção à saúde, atividade física.

CARREIRA, Roberto. Relações Internacionais, Políticas Públicas e educação Física: bases gerais e análises específicas. 2005. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ABSTRACT

A theme of great recurrence in the vast phenomenal field of Physical education, as discipline that belongs to the health's sciences, are de public health and physical activity's promotion. To understand the promotion off this politics, it's necessary to analyze the context where they are, departing from the analysis of International Relationships, understanding and integrating them to the reality of public politics conception.

Analyzing some connected international events, political and economical, based on tree paradigms of International Relationships cited on the literature, acquitter process of external indebtedness of Latin-American countries, and Brazil, stay clear. The fact consisted it self in a heavy variable to the adoption of measures in conformity to the new global order, based in economical interests more than any thing else.

The alignment between public politics and the reality of global order, in International Relationships is the union link of both subjects, at first, far away from another. Been the managers of politics in accord with the effective tendencies when the produce their work, they submit them selves to then.

In sight of this harmony, it is percept that the speech of public politics, evolving the adhesion and permanence on the programs offered like been lined up to the global conjuncture, with the logics of minimum-State, where the omission of public authority in take mean less the social-economical conditions, gives space to private initiatives of others social actors that, looking for their own interests, produce social programs evolving physical activities and health. This speech looks to blame the person, in his/her refuses in adopt an healthy habit of exercises practice, but, in this dissertation, it is percept that it is an palliative argumentation.

Keywords: International Politics, Public Health, Physical Activity's Promotion

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Modelo proposto de elo entre RI e PP.	35
Figura 2 -	Evolução do número de participantes da corrida de revezamento Pão de Açúcar	48
Figura 3 -	Evolução do número de participantes na corrida Integração.	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

RI	Relações internacionais
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
FEF	Faculdade de Educação Física
EUA	Estados Unidos da América
CIA	Central Intelligence of America
FMI	Fundo Monetário Internacional
EF	Educação Física
RC	Responsabilidade Corporativa
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
PP	Políticas Públicas

SUMÁRIO

1 Apresentação	13
2 Introdução	15
3 Bases Gerais	17
3.1. Conhecendo um pouco sobre relações internacionais	17
3.2. Conceitos importantes e terminologias	18
3.3. Os paradigmas e as questões das RI	21
4 Análises Específicas	35
4.1. Políticas Internacionais regidas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento.	38
4.2. Políticas públicas de promoção à saúde e atividade física: questões sobre adesão e permanência.	43
5 Buscando Concluir	57
6 Referencias Bibliográficas	60

1 Apresentação

Quando se pensa em Educação Física, as primeiras idéias conjugadas são a multidisciplinaridade, as múltiplas aplicações de seus conhecimentos e as diversas concepções e idéias sobre suas funções, significados, etc.

Aos olhos da indústria cultural, o esporte, o lazer, a atividade física são postas num contexto respaldado nas concepções capitalistas e que dessa forma, devem gerar receita e lucro, mover indústrias, gerar riqueza. Amparados nos discursos sobre beleza, saúde e vitória, exacerbando a imagem de um indivíduo belo, forte e um vencedor no jogo da vida, o apelo torna-se dramático a medida em que a televisão e a mídia difundem a milhões de pessoas tal imagem, fazendo-as sentirem vontade de ser aquilo o que aparece nos reclames e cartazes.

Aos olhos dos pedagogos, profissionais e acadêmicos que enxergam a Educação Física como um instrumento da pedagogia e da educação como um todo, os elementos desta disciplina serviriam como um caminho, um meio para atingir os objetivos de construção de caráter, aprendizado (referentes ao corpo e à motricidade), sociabilização e etc.

Poderia-se pensar na Educação Física como um elo de ligação entre o ser e o meio, uma vez que a interação do indivíduo com este se dá pelas suas ações e interações, pelas sensações oriundas de tais interações: a Educação Física construiria o ser a partir desta singularidade. Existem vários outros pontos de vista onde a Educação Física, dependendo de como se quer contextualizar, pode ser enxergada.

Aos olhos do profissional de Educação Física, trata-se de uma porta para uma insubstituível contribuição para com o ser humano e para com a sociedade, pois se o corpo é a porta de acesso ao mundo, e por ele o indivíduo interage com este, as noções relacionadas ao corpo e ao movimento não podem deixar de ser tratadas com a merecida atenção e detalhes que somente um profissional qualificado pode lidar. Se for pelo corpo que se sente o mundo, e as sensações são:

A causa da sensação é o corpo exterior, ou objeto, que pressiona o órgão de cada sentido, ou de forma imediata, como no gosto e tato, ou de forma mediata, como na vista, no ouvido, e no cheiro; a qual pressão, pela mediação dos nervos, e outras cordas e membranas do corpo, prolongada para dentro em direção ao cérebro e coração, causa ali uma resistência, ou contrapressão, ou esforço do coração, para se transmitir; cujo

esforço, porque *para fora*, parece ser de algum modo exterior. E é a esta *aparência*, ou *ilusão*, que os homens chamam *sensação*; (...) (HOBBS, 1999, p. 03).

Conforme a descrição, fica claro o quanto o corpo é a interface de comunicação do indivíduo com o mundo, e que por elas o educador físico pode criar inúmeras situações que vão além delas, em si próprias, mas que sirvam para a construção de um indivíduo melhor.

Nesta tentativa de produzir um trabalho simples e prático, porém com conteúdo, a análise dar-se-á sob um ponto de vista singular. Muitos os prismas de análise, muitas as análises, muitas conclusões e debates. Para enriquecer tal acervo, este trabalho busca uma discussão bastante acirrada e conhecida, porém sob uma nova ótica, onde as políticas que envolvem a Educação Física serão contextualizadas com as Políticas Internacionais, explicando o que são, como são, pontos de vista e paradigmas, que, numa argumentação simples, pavimentam o entendimento da criação de condições que por sua vez afloram políticas voltadas a sociedade, estando (ou tentando estar) em conformidade com as ordens mundiais existentes.

A busca nasceu do desejo de expor essa lacuna existente: as políticas nacionais, regionais, são, de certa forma, decorrentes das políticas internacionais. Essas constituem o universo onde aquelas são criadas e dispostas às diferentes sociedades.

Aliar essa idéia ao debate das políticas públicas de promoção a saúde e atividade física seria uma grande contribuição, ao entender do autor, para enriquecer ainda mais o interessante debate que se trava em relação ao assunto. Uma nova observação de um assunto já conhecido e importante para a sociedade.

Na modesta tentativa de produzir um bom trabalho, deixo-lhes, caros leitores, as páginas a seguir, e a afirmação, que no fundo, é a semente desta monografia:

"Teorias, por mais brilhantes que sejam, tornam-se ultrapassadas. Mas o relato frio de uma realidade jamais se esgota" Darcy Ribeiro (1922-1997).

2 Introdução

Não é fácil conciliar idéias, encontrar conexões entre assuntos, a princípio, distintos. As políticas internacionais compreendem um universo de inúmeras decisões que afetam de diferentes formas a sociedade. Compreende-se o nível de importância da política na existência da sociedade numa breve passagem:

Ora, parece que esta é a ciência política, pois é ela que determina quais ciências devem ser estudadas dentro em uma cidade-Estado., quais as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço se incluem entre elas, como a estratégia, a economia e a retórica. (Aristóteles, 2004 p. 18)

Os fenômenos decorridos na Política Internacional afetam o cotidiano dos indivíduos. Pensando-se nos avanços da robótica e da eletrônica, nas complexas redes de comunicação entre computadores, na internet, nos servidores e mega computadores (que de fato são inovações tecnológicas) e na sua influência na humanidade, a política não fica alheia a tais ocorrências.

Um exemplo; uma pessoa qualquer com um computador com acesso a internet pode, caso saiba como, via o *site* *GOOGLE* (www.google.com), conseguir toda a descrição de topologia de redes da *NASA*. Essa mesma pessoa, no mesmo *site*, consegue uma rota entre dois pontos distintos no globo terrestre, utilizando rodovias, ruas (vias de acesso comum a qualquer pessoa). Assim, se uma pessoa em São Paulo quiser comer caranguejo no Alasca, e quiser saber o caminho de um restaurante, procurará um nome no *GOOGLE* e depois o caminho desse restaurante pesquisado, partindo de sua cidade.

O impacto real de tal avanço não se limita a pesquisa simples descrita. Um breve exercício de reflexão nos levará a compreender que, se essa mesma pessoa não tivesse o computador e a internet não teria acesso a tal privilégio. Ou que outra pessoa, que não tenha tido a oportunidade de adquirir o conhecimento necessário para manusear com o mínimo de habilidade um computador e pesquisa na internet, estará alheia ao que vem se tornando uma necessidade, e não um luxo; a informática.

Essa mesma informática, que possibilitou a automatização em fábricas, a explosão na tecnologia de informação, o desenvolvimento de novas tecnologias, como a

nanotecnologia, a biotecnologia, requer especialização e estudos aprofundados, requer profissionais qualificados.

O maior impacto dessa transformação decorre no sentido que as pessoas, em sua maioria, não tem necessariamente o tempo disponível, ou as condições para se adequarem às novas exigências de conhecimento e especialização.

Outra reflexão dá-se na direção da influência na forma de se fazer política. O capital percorre cabos de fibra ótica. Em um clique de botão, bilhões são enviados via transações financeiras. A flexibilização da movimentação de capitais, junto com a substituição de trabalho não especializado por processos automáticos de manufatura (robôs em fábricas, linhas de produção automatizadas) e prestação de serviços, acarretou num fenômeno de interconexão entre as sociedades. Os países que não se adequam, ou tem dificuldade em se adequar as nova ordem mundial ficam excluídos desse processo.

Outros, com desvantagens econômicas e tecnológicas acabam assumindo papéis marginalizados dentro do processo. Países com problemas administrativos (recessões, instabilidade política e etc), não competem em nível de igualdade com os países chamados centrais; constituídos daqueles que dispõem de recursos financeiros, tecnológicos e de influência para ditarem suas regras e as impor aos demais.

Assim, as sociedades passam por enormes transformações. A política acompanha essa transformação no mundo também. Se a Política Internacional mudou em virtude da globalização, os países também mudaram suas políticas internas para se alinharem a nova ordem mundial. Nessas políticas alinhadas, encontram-se as políticas públicas, e dentro das políticas públicas, as de promoção a atividade física e saúde. Embora pareçam descontextualizadas, as PI e as PP de atividade física e saúde se relacionam quando esta submete-se àquela dentro da lógica neoliberal (imperativa nos dias de hoje). Sobre esse elo de relação/submissão, a dissertação a seguir discorre.

3 Bases Gerais

Esta dissertação parte do ponto onde as explicações acerca do que são relações internacionais farão o alicerce para o entendimento do complexo emaranhado de conexões entre os fatos pontuais e cotidianos e os mega eventos globais decorrentes do universo imprevisível das RI.

Estas são, por excelência, um coletivo dos produtos fabulosos e terríveis da cultura humana. Stoessinger (1975, p. 19) referencia a tal fato:

Sob muitos aspectos, o homem moderno tem descido a profundezas sem precedentes e todavia, sob outros aspectos, ele tem elevado a alturas nunca antes atingidas. Ele não se limitou a fazer campos de concentração e a aperfeiçoar armas destinadas à destruição em massa; ele também aprendeu a controlar a fome e a doença e criou as Nações Unidas. Nunca antes fizeram as nações preparativos tão intensos para se destruírem umas às outras. Mas, em compensação, a humanidade também nunca antes lutou com mais afinco para obviar essa destruição.

Não somos capazes de lidar com as inquietações políticas no cenário internacional. As armas de destruição em massa e a postura dos Estados-nações em relação às suas colocações na política internacional, na forma de ideologias e armamento, tornam essas nações veículos poderosos de conflitos internacionais. Daí a necessidade do aprofundamento, do conhecimento das relações, e do entendimento daquilo em que se baseiam, o que buscam, como funcionam. Para isso é necessário saber o que são RI.

De tal furor é que partem as principais diretrizes globais que regem a vida das nações e de seus cidadãos (sociedade e indivíduos). Nota-se assim, o nível de importância que esse assunto tem sobre o entendimento da situação de qualquer nação.

3.1. Conhecendo um pouco sobre Relações Internacionais

As relações internacionais constituem área do conhecimento onde a interdependência alia-se a um sistema de controle inadequado. “São as relações entre indivíduos e coletividades humanas que configuram e afetam a sociedade global”. (ARENAL apud RODRIGUES, 1994).

Aliado a esta descrição, Rodrigues (1994, p. 12) cita alguns outros fatores que denotam o complexo universo das relações internacionais:

[...] Some-se a isso a riqueza de contribuições oriundas das diversas ciências humanas, para verificar que a produção intelectual das relações internacionais padece de uma acentuada dispersão. Não é à toa que os internacionalistas têm de se dispor a buscar, continuamente, boas doses de ecletismo para poder estudar os problemas mundiais.

A palavra *interdisciplinariedade* é a chave para o estudo das relações internacionais. “O enfoque geral do assunto é de natureza interdisciplinar. Não há como evitá-lo num campo que requer ao mesmo tempo extensão e profundidade” (STOESSINGER 1975, p. 20). Entende-se por *interdisciplinariedade* a relação entre as disciplinas de diferentes áreas do conhecimento científico.

Deutsch (1978, p. 09) faz referência a esta característica, citando-a num contexto onde a necessidade de evolução encarna novas disciplinas para o seu entendimento:

À medida que a prática das relações internacionais se torna mais difícil e mais decisiva, seu estudo também evolui. Os espetaculares progressos verificados neste campo ao longo das três últimas décadas incluem mudanças em teorias e conceitos básicos, estimuladas pela integração das novas ciências do comportamento – a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia – com disciplinas mais antigas – a Ciência Política, a História e a Economia.

O termo *internacional*, a exemplo da complexidade terminológica da expressão, abrange não apenas o que se refere à nação. Rodrigues a respeito pontua que:

[...] à expressão “internacional”. Além de significar as relações entre os Estados, considerados os principais atores internacionais, ela também refere-se a outros atores que participam ativamente da vida internacional. São eles: as organizações internacionais, as empresas multinacionais, as organizações não governamentais (ONGs), as Igrejas, os movimentos políticos e sindicais e etc.

3.2. Conceitos importantes e terminologias

Alguns jargões terminológicos da ciência política sobre as entidades, sociedades, organizações e ações no contexto internacional ajudam na investigação e análises sobre o assunto. São como termos metafóricos que citam e descrevem os protagonistas das RI e o cenário internacional. Elas derivam da forte influência de autores americanos.

Segundo Rodrigues (1994, p. 13): “...ator internacional é o agente que participa das RI. Pode ser um estado, uma organização internacional, uma ONG e etc...”. Ainda segundo o mesmo autor:

Cenário internacional é o local, o espaço geográfico onde se dão as relações internacionais. Pode ser também o desenho de uma dada situação internacional no espaço e no tempo.

Papel é a suposta função que um determinado ator internacional exerce no cenário internacional.

Segundo Deutsch (1978, p. 23) há quatro conceitos fundamentais em qualquer sistema social, grande ou pequeno (pequenos grupos até países inteiros). A seguir, serão citados:

Em primeiro lugar, está a **manutenção de padrões**. O sistema tem que ser preservado em seus padrões essenciais – isto é, esses padrões têm que ser reproduzidos com certa frequência a fim de serem preservados ao longo de determinada sucessão de pessoas, grupos ou gerações. Na maioria das sociedades, a principal função da manutenção dos padrões é desenhada pelos núcleos familiares; em qualquer sociedade tal função é exercida também por muitas outras instituições e organismos, embora em menor escala.

Aqui é citado um sistema social considerado muito importante como o pilar das sociedades, no que diz respeito à manutenção dos referidos padrões. A idéia parte do princípio de que a família constitui o ambiente no qual o indivíduo nasce e recebe a educação, ou em outras palavras: “(...) o processo de integração que determinará a sua atuação, moldada nas tradições, nos usos e costumes, nas idéias e nos interesses da vida coletiva de seu grupo”. (CARVALHO, D. 1971, p. 15).

A seguir, outros conceitos sobre sistemas sociais são citados, todos segundo Deutsch (1978, p. 24).

Qualquer organização e qualquer sociedade têm que adaptar-se ao seu ambiente, dele extrair seu sustento e ajustar-se a suas modificações. Segundo Parsons, a principal tarefa da adaptação, em qualquer país, compete ao setor econômico e às instituições e atividades de tal setor, inclusive aquelas ligadas à tecnologia e à ciência. A **adaptação** portanto, é, primordialmente uma função exercida pelas fábricas, pelo setor agrícola, pelas minas e pelos laboratórios de cada país, sejam de propriedade pública ou propriedade particular.

(...) Cada organização e cada sociedade têm um ou vários objetivos que tentam alcançar ou realizar, ou que seus membros desejam alcançar, em função dos quais seu comportamento se modifica, extrapolando a simples necessidade de manutenção de padrões e de adaptação. Em cada país, sugere Parsons, grande parte da função

relacionada com a **consecução de objetivos** é desempenhada pelo governo, geralmente pelo setor político, por meio de seus próprios métodos e instituições. É através do governo e da política que, com maior frequência, são coletados e realocados os recursos humanos e materiais de um país com vistas a alcançar quaisquer objetivos, pacíficos ou belicosos – desde a alfabetização geral à conquista de uma cobiçada região fronteiriça -, que tenha sido aceita pelas lideranças ou pela sociedade.

Essas três funções – manutenção de padrões, adaptação ao meio ambiente humano e natural e consecução de objetivos – não são fáceis de serem normalmente desempenhadas simultaneamente, caso os recursos sejam limitados, como normalmente ocorre. Não obstante, nenhuma das três pode ser sacrificada. Desta forma, cada país, cada sociedade e cada organização complexa – esclarece Parsons – está sempre a enfrentar uma quarta tarefa, de caráter permanente e fundamental, a tarefa de **integração**, que consiste em tornar compatíveis essas diferentes atividades.

Esses conceitos baseiam as premissas dos sistemas sociais, naquilo que são e naquilo que buscam. Nos termos das relações entre essas sociedades, no caso as nações – estados, embasam o alvo ou objetivo das negociações existentes nessas relações, e as conseqüências decorrentes influem na sociedade, no que diz respeito ao que concerne aos conceitos citados.

Há três outros conceitos acerca desses sistemas sociais, que seriam a **capacidade de aprender com as experiências**, erros e posturas perante situações diversas pela qual a sociedade passa, seja por mero acaso, seja por conseqüência de decisões tomadas pela classe dirigente; a **autotransformação**; e, por último, a **política**.

Quanto aos erros e experiências, os mesmos servem como base para que quando outras situações semelhantes ocorrerem, haja lembrança em relação ao fato, o que possibilitará, em tese, um comportamento mais adequado e novas maneiras de lidar com os acontecimentos que venham a ocorrer, e a gerência de recursos humanos e materiais necessários para tais situações.

As catástrofes naturais do Tsunami na Ásia, do furacão Katrina nos EUA e do terremoto de Kobe, no Japão, são exemplos de como os fatos demandam que sejam aprendidos e assimilados pelos governos e sociedade determinados comportamentos de forma a tentar minimizar o quanto possível as chances de que ocorra tal tragédia novamente, ou, que seus efeitos sejam os mínimos possíveis.

O segundo conceito trata-se da **autotransformação**, que segundo Deutsch (1978), seria a mais importante dentre todas as capacidades dos sistemas sociais. Por este conceito, entende-se a capacidade de mudança dos padrões por iniciativa própria da sociedade

ou da classe dirigente, com recrutamento de recursos materiais e humanos para tal mudança, em resposta a determinada situação ou necessidade.

Qualquer organização ou país em que exista tal função, juntamente com a capacidade de manutenção parcial de padrões suficiente para preservar um grau significativo de continuidade e identidade, terá maior probabilidade de sobreviver, de crescer e de se desenvolver do que qualquer outra organização ou país onde ela não exista (Deutsch, 1978)

A afirmação de Deutsch ressalta a importância para a sobrevivência de determinada sociedade, no que se refere à capacidade de se adaptar (no caso, se autotransformar) em resposta às necessidades advindas do meio, porém, sem comprometer sua identidade original, enquanto estrutura social. O último conceito a ser citado, sendo importante para a discussão das RI, seria o conceito de política, presente em todas as extensões das relações não só internacionais, mas humanas.

Por **política** entende-se (Deutsch 1978, p. 28): “(...) controle mais ou menos incompleto do comportamento humano através de hábitos voluntários de acatamento combinados com ameaças de uma provável execução da lei”. Na essência, política, segundo tal definição, consiste no acato voluntário de determinados hábitos, na medida em que podem ser modificados por intimidações. O entendimento desses conceitos ficará mais claro à medida que o texto avança e progride rumo ao seu objetivo.

Outro fato a ser citado, e de importância relevante são os paradigmas acerca das relações internacionais. Mediante correntes teóricas distintas que embasam cada qual um conceito acerca das RI, certos pontos foram criados.

3.3. Os paradigmas e as questões das RI

Por paradigma, entende-se um conjunto de suposições a respeito do objeto de estudo ou do universo de estudo. Trata-se, em termos mais simples, de bases pré-supostas de partida para o entendimento do mundo a ser estudado.

Nas RI, entende-se tais paradigmas como uma perspectiva dos fenômenos internacionais ou mundiais, baseadas em algum método, a fim de explicar os fatos decorridos no cenário internacional. Segundo Rodrigues (1994) há três reconhecidos pelos internacionalistas: o

realista (clássico), o da **dependência** (estruturalista), e o da **interdependência** (da sociedade global).

O **realista** retrata a mais antiga e influente das concepções sobre fenômenos internacionais. Esta foi a escola que prevaleceu por muitos anos como a visão hegemônica sobre RI no mundo. De fato, as suas premissas, ao menos no que se tratou a respeito da busca pelo poder, foram, por séculos, as premissas para os países nas suas relações conflitivas, como por exemplo, no expansionismo marítimo das nações européias, com a conseqüente colonização e exploração do novo mundo (que viria a se tornar a América) e da África, na busca por recursos naturais e comércio (tais buscas são referentes à doutrina do mercantilismo, que prevalecia na época).

Analisando um pouco mais a fundo o realismo político, percebe-se que quem segue essa escola tende à visualização do mundo baseado em fatos concretos e na racionalidade. Predomina, assim, uma tendência a perceber o universo como ele é (segundo os fatos, e com análise reflexiva racional). De muitas formas ver-se-á tal base de análise no realismo político no decorrer do texto.

De maneira geral, não se pode negar que, de fato, o mundo é constituído de fatos e situações concretas; assim a ciência explica o universo, com fatos verídicos e que possam ser explicados (e nesse caso, que se repitam). Daí parte a base do realismo; de fato, em claras palavras, na realidade tal qual como se apresenta.

A maior ênfase da aplicação clássica à política, se dá no âmbito internacional. O tratamento “realista” dos fatos embasaria medidas as serem tomadas, hostis ou pacíficas, de omissão ou de iniciativa, para que o sucesso destas seja mais possível de ser alcançado.

Para tornar mais detalhada a definição do realismo político, serão citados seis princípios básicos do realismo político, todos segundo Morgenthau (2003, p. 04-28).

- 1) O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiar-las terão de incorrer no risco de fracasso.
- 2) A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder. Esse

conceito fornece-nos um elo entre a razão que busca compreender a política internacional e os fatos a serem compreendidos.

3) O realismo político parte do princípio de que seu conceito chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar.

4) O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito.

O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar.

5) O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo. Assim como sabe distinguir entre verdade e a opinião, é capaz também de separar a verdade da idolatria.

6) Portanto, é real e profunda a diferença existente entre o realismo político e outras escolas de pensamento. Por mais que a teoria do realismo tenha sido mal compreendida e mal interpretada, não há como negar sua singular atitude intelectual e moral com respeito a matérias ligadas à política.

As principais características deste paradigma podem então ser convertidas em três aspectos fundamentais:

1 Políticas internas e Política externa são distintas e independentes. É descartada a hipótese de aplicação de conceitos éticos e morais que norteiam a política dos países democráticos à suas políticas internacionais.

Segundo tal visão, a conduta do estado está separada de todo e qualquer padrão universal de conduta moral na política internacional, pois "(...) vivemos em um universo formado por interesses contrários, (...) não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente (...)" (MORGENTHAU, 2003, p. 04).

Porém, antes do julgamento sumário do realismo, é necessário recapitular o quarto e o quinto princípio do realismo político.

Ao ser analisado o quarto princípio, nota-se que os padrões universais não podem servir de base para as políticas externas, pois os conceitos universais não respondem às necessidades específicas de lugar e tempo. A ação política deve ser tomada tendo em vista a

realidade dos fatos, que não obedecem aos mandamentos universais (tais como o conceito de liberdade, justiça, igualdade etc.).

O quinto princípio repudia que um conceito “pessoal” de moral seja tomado como instrumento de política externa, como foi, por exemplo, feito pelos nazistas, durante a guerra.

A moral universal e “pessoal” não condizem com a realidade: esta por ter um cunho enraizado em devaneios não racionais (não embasados na razão e nos fatos), muitas vezes, aliás, baseados em delírios e loucura, e aquele por não se ater a realidade concreta, sendo concebido de forma abstrata, e que, por tal motivo, não serve à realidade concreta.

Essa escola é muito influente na nação líder mundial atual, os EUA, uma vez que se observa que a política externa deste país está basicamente embasada no resguardo da segurança nacional, mediante a hipotética hostilidade e possível ameaça de nações estrangeiras à soberania estadunidense. Tais aspirações justificam as ações imperialistas hegemônicas da potência ocidental.

Na política internacional, há prevalência da busca pelo poder e da segurança nacional, enquanto na política interna prevalecem assuntos distintos como economia, por exemplo. Tal fato, além do descrito linhas atrás, pode ser co-validado pela seguinte citação (RODRIGUES, 1994):

Como consequência desse quadro de anarquia permanente e inexorável das RI desenhado pelos realistas, a maior preocupação do Estado deveria ser com a sua segurança ou, nos termos em que ficou conhecida, a segurança nacional, traduzida numa ênfase das relações diplomático-estratégicas entre os Estados.

Fica clara tal política quando eventos como a Guerra do Golfo, tanto em 1991 quanto em 2003, ou como as Guerras empreendidas na Coreia, na década de 50, e no Vietnã, nas décadas de 60 e 70, onde o uso da força contradiz os ideais de democracia e liberdade próprios do discurso estadunidense, e políticas internacionais adotadas, nos casos das duas guerras contra o Iraque, o controle de reservas de petróleo, e nos casos da Coreia e Vietnã, para frear o avanço comunista nessas regiões.

Na América Latina, as ditaduras militares no Brasil, Chile, Argentina e Paraguai, além das ditaduras nos países da América Central, como Panamá e Guatemala ilustram visão idêntica realista, porém em tempos e situação de paz, dos EUA. Tais regimes foram patrocinados pela agência CIA (Central Intelligence of América), onde assimilaram a bipolaridade da guerra

fria, assumindo uma postura enfatizada na segurança nacional contra a ameaça socialista, e adotando suas próprias doutrinas geopolíticas. Esses eventos foram definitivos na construção da realidade atual desse continente.

Na conjuntura anárquica internacional vislumbrada no realismo, um estado soberano e livre não poderia ser submetido a nenhum regime de subordinação, como no caso da política interna, em que ocorre, por exemplo, a submissão do estado à constituição. Porém existe (ou pode existir) um acordo entre estados para normas e princípios, para harmonizar e orientar o convívio internacional, sendo esse modelo a base do direito internacional contemporâneo.

Vale recapitular que tais políticas não tiveram intuítos outros senão a conservação do poder (estadunidense) nas diversas situações. Contra o comunismo, tratou-se de frear uma possível expansão socialista pelo globo, e em relação aos assuntos no Golfo Pérsico, as reservas de petróleo fundamentais para a hegemonia e economia justificaram as campanhas no Iraque, embora sobre o manto do estabelecimento da democracia e do fim da ditadura de Saddam Hussein.

2 Os atores internacionais, definidos sob a ótica realista, são somente os Estados. Esses atores são considerados como atores racionais. Não podendo então esses estados serem levados pelas paixões desenfreadas de seus governantes nas negociações ou relações com outros atores (mais uma vez, nota-se a base racionalista do realismo político). Atuam sob a linha do interesse racional e nacional definidos em termos de poder, e sobre as leis objetivas em que se baseiam a sociedade.

A busca pelo poder pode ser entendida pela análise do segundo princípio realista (citado na pág 21).

Um plano político desprovido de tal conceito seria inconcebível, tanto em esfera nacional quanto internacional, pois sem este os fatos políticos (relacionados aos assuntos de soberania e poder nacional) e não políticos (assuntos econômicos, culturais, sociais, etc...) não seriam distinguidos um do outro, nem a ordem sistêmica necessária para o âmbito político seria passível de existência.

Como foi citado linhas atrás, o realismo trata do fato de que as diretrizes são tomadas sob uma base racional de possibilidades. As vontades, as paixões e os fanatismos, quando postos como fundamento de decisão, acabam por significar o fracasso (não alcance do objetivo almejado).

Os fatos são fatos, e não sofrem com as significações das diferentes emoções humanas. As decisões, em termos de política externa, são baseadas nestes, e nas possibilidades fundadas em argumentos lógicos, comprovados, de retrospectiva histórica verossímil, onde certa previsibilidade do caminho a ser trilhado aparece, e que resguarda premissas de que a política adotada, em si, é a responsável pelo alcance do objetivo.

Em muitos casos, são culpadas as filosofias políticas como autoras dos fracassos. Sob a ótica racional é incabível adotar tal postura, uma vez que os atos (no caso a política em si) são o caminho e o transporte até o objetivo. Fracassar, então, é unicamente atribuível à política adotada, e a nada mais.

Tais políticas pressupõem ainda o discernimento entre essas filosofias e simpatias políticas e a política exterior. Há a diferença entre “como gostaria que fosse” e “como de fato é”, entre o desejável e possível, reafirmando assim, que as políticas devem ser traçadas baseadas em fatos e na racionalidade.

3 O poder baseado no uso da força, é uma obsessão realista. As RI, entendidas como relações conflituosas, só podem ser vistas do ponto de vista de uma constante busca pelo domínio do poder.

Aqui, há a necessidade de reflexão. Retomando duas idéias já discutidas neste texto; a idéia de política e a idéia de que o realismo tende à busca pelo poder (pressuposição imperialista).

Se, por um lado, a busca pelo poder é, em resumo, o foco maior da política (externa) a ser adotada por esta escola, e ainda, recapitulando o sexto princípio do realismo político descrito por Morgenthau, o qual se refere à afirmação da autonomia política sobre os demais assuntos e ciências acerca dos temas de governo, tem-se que, por análise, há a afirmação da autonomia da busca franca do poder regida pelo estado (sexto princípio realista).

Ainda segundo Morgenthau, haveria maior justiça nas relações internacionais, e maior justiça para os países, pois dado o fato em que todas as nações tivessem a mesma postura nas suas decisões, possibilitaria, assim, o julgamento por parte de uma ou demais nações ao comportamento de outra, caso esta faltasse com o decoro ou infringisse determinado direito de outra nação. Tal fato seria possível pois, nessas condições, todas as nações estariam em pé de igualdade, ao menos no plano intelectual na RI.

O **estruturalista** retrata um mundo onde as relações são pautadas pela desigualdade, onde existem atores que dominam e atores que são dominados, os que exploram e os que são explorados. Na verdade, trata-se de encarar o cenário mundial de RI como padecendo de desequilíbrios, onde situações de injustiça ocasionam situações de pobreza em alguns estados e riqueza em outros.

O quadro onde este paradigma foi montado reside nas décadas de 50 e 60. Muitas nações buscavam obter independência das nações hegemônicas dominantes. Algumas já gozavam de independência política, assim, buscavam diminuir a fragilidade econômica na qual se encontravam (países latino-americanos, em sua maioria). Outras nações buscavam a independência política, como ocorrido no processo de descolonização da África, Oriente Médio e Ásia.

O dependismo nasceu fruto da reação desses países de periferia frente à dominação política e econômica de uma minoria de países tidos como centrais (nomenclatura segundo Raúl Prebisch, economista argentino).

A criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), um dos organismos especializados do Conselho Econômico e Social da ONU, possibilitou que a intelectualidade latino-americana produzisse, a partir de uma visão autóctone, um conjunto de teorias sobre desenvolvimento econômico. Tratou, assim, tal fato, de ser a maior contribuição do chamado terceiro mundo para com as RI: o que passou a ser a teoria da dependência.

Ainda Raúl Prebisch acreditava na forte tendência de aumentar a brecha entre o centro industrializado e a periferia subdesenvolvida nas relações entre nações. Acreditava que os países agro-exportadores (periféricos) deveriam direcionar suas políticas no sentido da substituição da importação como meio único para tornarem-se países industrializados.

“(...) o ciclo denominado de “substituição de importações” e iniciar, sobre uma base firme, a etapa de produção e bens de capital, destinada a produzir a diferenciação dos sistemas produtivos.” (CARDOSO 1970, p. 09).

Embora a afirmação não parta de nenhuma obra do economista argentino percebe-se que o forte enfoque na industrialização dessas economias agro-exportadoras parecia ser o único meio para que a dependência fosse quebrada. Tal fato merece uma análise.

A referida dependência para com os países centrais (industrializados) decorre do fato de que a indústria é o ponto fundamental para se afirmar a autonomia. Se lembrarmos do

conceito descrito por Deutsch sobre adaptação de um sistema social (pág 18), veremos que a indústria é o fator fundamental para o domínio da capacidade de manipular o meio, a fim de obter deste os recursos necessários para produção dos diferentes objetivos articulados para inúmeros fins. Consiste então, a indústria, no fator principal de domínio do meio.

No caso de um país não possuir mais de uma indústria (no caso dos países periféricos apenas indústria agro-exportadora), a dependência para a produção de bens capitais, de consumo e de transformação se estabelece em relação a algum(ns) país(es) que produz(am) e exporte(m) tais produtos.

Adicionado a isso, tem-se o fato de que os produtos agrícolas têm menor valor agregado do que os produtos industrializados, e que por isso, é penosa para a economia de um país a dependência da importação de bens.

Desta afirmação, pode-se compreender como o dependismo tenta enxergar o mundo: procura analisar a estrutura formada pelos atores internacionais em suas diversas relações, de forma a compreender e dela concluir fatos. Um dos fatos, segundo tal paradigma é a dependência, como está explicada a seguir:

[...] instrumento teórico que acentua tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento como os processos de dominação de alguns países sobre outros e também de umas classes sobre outras, dentro do contexto de dependência nacional (RODRIGUES 1994, p. 32).

Tal concepção tenta ir além da visão econômica para explicar os fatos, buscando referências nas interpretações e categorias sociológicas de análise. Os Estados, nessa escola, não são os únicos atores internacionais no cenário. Aqui grandes corporações (empresas multinacionais), organizações internacionais, movimentos de libertação nacional constituem importantes membros ativos.

As corporações em virtude do poder de capital que dispõe e da sua influência em determinadas situações e lugares sobrepõem-se ao poder nacional. Por exemplo, pode-se citar o caso da United Fruit Company, e capital estadunidense que atuava em países da América Central, que dispunha de mais poder que os países agro-exportadores da região. Tal fato decorre do enorme volume de capital disponível nesta empresa, o que lhe confere poder de investimento, que por sua vez, lhe confere poder político na região, carente de investimentos e de capital, e que acaba por ser rendida e submetida aos interesses econômicos do investidor.

Em tantos outros casos na América Latina, o poder das corporações fica claro à medida que algumas situações são analisadas. Por exemplo, no Brasil, a *The Coca Cola Company* (fabricante do refrigerante Coca Cola) propôs ao governo brasileiro o pagamento de sua dívida externa, em troca da isenção de tributos.

Outro fator a ser visto, em relação às empresas multinacionais é que quando elas se instalam em determinado país periférico, em virtude da economia não tão desenvolvida e de mercados consumidores menos ativos e com poder aquisitivo menor, a tecnologia empregada será sempre obsoleta. Quando empresas abrem filiais em países sede, a demanda imposta pelo mercado faz com que o investimento seja alto e que a tecnologia e a qualidade do produto ou serviço seja de alto nível.

Nos países mais pobres, a filial aberta exporta tecnologia já obsoleta nos grandes centros metropolitanos tecnológicos. Tal fato decorre da demanda dos mercados serem menores em relação à tecnologia e em concorrência; e ainda, soma-se a isso, o fato de que a tecnologia de ponta é fator estratégico e que não pode ser disseminado, mantendo-se como exclusividade da matriz.

Assim, o investimento é menor (a instalação do capital produtor não requer as novas e caras tecnologias) e cria-se um vínculo de dependência de importação de *know how* ultrapassado, que, em si, perpetua-se, uma vez que nunca serão desenvolvidos, fora da matriz (país sede da corporação) processos de desenvolvimento de novas tecnologias e modernização (vislumbrando assim, sob um dos vários pontos de vista, o mecanismo ou estrutura assinalados pelos dependentistas de perpetuação das desigualdades).

Os movimentos de libertação nacional conferem grande importância no cenário internacional. Tais movimentos, principalmente na África e Ásia (África do Sul e Índia, com Nelson Mandela e Mahatma Ghandi, respectivamente, por exemplo) contra as metrópoles conferiram o reconhecimento, por parte da comunidade mundial (ONU), de sua independência. “O papel da Assembléia Geral da ONU foi fundamental no estabelecimento de novas regras de direito internacional [...], que estabeleceu o princípio da autodeterminação dos povos, hoje consagrado no ordenamento jurídico internacional.” (RODRIGUES, 1994, p. 34). Assim, não podem deixar de serem considerados atores internacionais, pois são protagonistas de mudanças no cenário internacional.

Por fim, encaram os estruturalistas com pessimismo a possibilidade de uma convivência harmônica entre os atores. O jogo de interesses antagônicos entre metrópole e colônia (centro e periferia), estes buscando independência econômica e política, aqueles tentando se manter na condição hegemônica, não poderia resultar num convívio ausente de desequilíbrio e desarmonia.

Aliado ao fato, somem-se os interesses de corporações multinacionais nos lucros fartos obtidos nas filiais nos países periféricos e no interesse em manter tal condição (pode-se, nesse ponto, inferir o mutualismo no interesse das metrópoles e das empresas em manter o quadro desigual como é). Daí concebe-se que a cooperação ente países ricos e pobres não passa de demagogia, “(...) instrumento paliativo e de legitimação do *status quo*”. (RODRIGUES, 1994). Nessa tormenta, caberia ao Estado, como sendo o principal ator internacional na ótica estruturalista, estabelecer diretrizes políticas de fomento e proteção às suas economias.

O seguinte fragmento enfatiza uma diretriz a ser traçada, visando tal objetivo (CARDOSO, 1970, p. 11):

Do ponto de vista econômico, por conseguinte, parecia que toda política de desenvolvimento deveria concentrar-se em dois pontos:

- a) na absorção de uma tecnologia capaz de promover a diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade
- b) na definição de uma política de inversões que, através do Estado, criasse a infraestrutura requerida por essa diversificação.

O estruturalismo contribuiu de forma significativa para o entendimento dos fatos que descontentavam (e ainda descontentam) os países pobres, servindo como denúncia e tentativa de mudança na ordem mundial para uma nova divisão do bolo internacional, buscando maior igualdade entre as nações. Obviamente, os países ricos se opuseram a tal tentativa, outra vez deixando clara a visão de conflito nas RI.

“Interdependência, mais simplesmente definida, significa mútua dependência. Interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países”. (Keohane 1989, pág 8, traduzido por nós).

O paradigma da **interdependência** (sociedade global) é um pouco mais complicado no seu entendimento. Antes de qualquer coisa, é necessário que se compreenda que interdependência trata de um mundo onde a revolução nas tecnologias de comunicação e informática mudaram a sociedade tal qual era conhecida.

O advento da televisão, e posteriormente o computador pessoal, a internet, as tecnologias de tráfego de informações (fibra ótica, satélites de comunicação e etc...) conectaram o globo e diminuíram distâncias nos últimos vinte anos de uma forma nunca presenciada antes pela humanidade. O armazenamento de difusão e dados e conhecimento tomaram rumos nunca antes imaginados. Bancos de dados na China, por exemplo, podem ser acessados no Brasil; servidores e *mainframes* podem ser acessados de qualquer parte do globo, podendo assim ilimitar horizontes (tal realidade refere-se à transnacionalização do capital e a capacidade do capital de viajar a qualquer parte do mundo em frações de segundo).

Dessa forma, o aumento da conectividade pressupõe que certos laços sejam criados entre as nações. Obviamente, os vínculos são de natureza econômica, embora outros venham também a contribuir com certa importância. “O capital corre atrás daqueles países que lhe oferecem melhores oportunidades de retorno do investimento (mão de obra qualificada, estabilidade econômica e política, legislação favorável ao capital estrangeiro, etc.)” (RODRIGUES, 1994, p. 37). Tais vínculos se baseiam na cooperação: a busca em conjunto de soluções que contemplem a coletividade envolvida, buscando os interesses de todos.

Assim sendo, as diretrizes clássicas de supremacia e poder unilaterais do realismo político não poderiam mais ser as orientações da política internacional. O estruturalismo não viria a contemplar as profundas mudanças causadas pelos avanços tecnológicos, culturais, sociais e econômicos das últimas décadas. Não viria também a englobar o conceito da interdependência nas suas concepções a cerca do desenvolvimento industrial das economias em desenvolvimento, resguardando a maior importância ao mercado interno. Uma vez que o capital tendo enorme facilidade de viajar o globo por meio de satélites e cabos de fibra ótica, não ficará estagnado numa nação que tenta impor seus interesses acima dos interesses próprios do capital, indo assim, para outro país mais adequado aos seus interesses (tal fato não existia nas décadas de 50 e 60 como existem hoje).

Dessa forma, nota-se que o enfoque maior dessa escola reside nas relações econômicas, frente aos assuntos tidos de interesse nacional acima dos demais interesses estritamente nacionais, sem a preocupação com demais temas; o tradicionalismo e o modernismo, além do dependismo, não são suficientes para entender o contexto da interdependência.

Nem os modernistas ou os tradicionalistas têm uma adequada estrutura para entender a política de interdependência global. Modernistas apontam corretamente para as mudanças fundamentais ocorrendo atualmente, mas assumem sem análise suficiente que

avanços na tecnologia e aumentos nas transações econômicas e sociais levarão a um novo mundo onde Estados, e seu controle da força não serão mais importantes. Tradicionalistas são adeptos em mostrar falhas na visão modernista apontando como a interdependência militar continua, mas acham sua dificuldade acurada em interpretar a interdependência econômica, social e ecológica dos dias de hoje. (KEOHANE 1989, p. 04, traduzido por nós).

Para entender o sentido dos dois últimos parágrafos citados, deve-se entender que o conceito de poder ainda é fundamental para o entendimento de assuntos políticos (referência ao realismo), e que alguns assuntos militares não fogem do âmbito do poder governamental nas RI.

Uma vez citado que os vínculos entre os atores internacionais se estabeleceram, e que seus interesses econômicos prevalecem como objetivo e marco de união (cooperação), torna-se evidente a sobreposição destas relações às tendências de resolver problemas e desacordos com força física (militar).

Estamos todos engajados numa jornada comum. Nenhuma nação ou grupo de nações pode ganhar forçando para além dos limites que sustentam o crescimento econômico. Ninguém se beneficia de progresso baseado em testes de poder. (KEOHANE 1989, p. 7, traduzido por nós)

De fato, embora não se fale mais na busca pelo poder como tema principal nas RI, não há como deixar de lado que tal conceito ainda é fundamental para o entendimento dos assuntos políticos. Assim como o conceito de interesse, como fator que une diferentes atores numa busca conjunta.

Um escasso conhecimento da natureza humana bastará para nos convencer de que, com respeito à grande maioria da humanidade, o interesse constitui o princípio que tudo governa; e que quase todo homem, em maior ou menor escala, está submetido à sua influência. Razões de virtude pública, durante algum tempo ou em casos particulares podem levar os homens à observância de uma conduta puramente desinteressada; mas não serão por si mesmas suficientes para gerar uma conformidade perseverante com os elevados ditames e obrigações do dever social. Poucos são os indivíduos capazes de fazer um sacrifício contínuo de todos os propósitos dos interesses ou das vantagens pessoais em prol do bem comum. É inútil vociferar contra a depravação da natureza humana sob esse aspecto. A realidade é esta, como prova a experiência de todas as eras e nações e, se quisermos alterar a situação, forçosos nos será, antes disso, modificar em grande medida a natureza do homem. Estará fadada ao fracasso toda instituição que não

esteja edificada sobre a verdade presumida dessas máximas. (MORGENTHAU, 2003, p. 17).

Assim, compreender que o interesse move os atores na direção da interdependência (interesse comum, no sentido da criação de uma aliança ou tratado) torna mais claro o fato de que interdependência refere-se principalmente a fatores econômicos, relacionados com ganhos e custos envolvidos na parceria.

Então, analisando alguns fatos sobre o interdependismo, presume-se que tal corrente abre as portas para os atores não governamentais, com o reconhecimento do poder de empresas multinacionais, bem como de instituições internacionais e sua importância no tratamento de assuntos de natureza global (tais como a ONU, ONGs, FMI e etc.).

Fica evidente que os temas tidos internacionais; economia e ecologia, por exemplo, são assuntos a serem tratados na esfera global, e que fogem da esfera estatal. Tais importâncias então, devem ser tratadas com o uso do direito internacional, sendo este um instrumento para harmonizar as relações internacionais, embora não seja eficiente em inferir punições nem quebra da soberania nacional dos Estados (como pode ser observado no evento da invasão estadunidense no Iraque, em 2003, onde tal ataque não foi aprovado pela ONU, e a desaprovação foi simplesmente ignorada pelo governo dos EUA).

As negociações políticas são o principal elemento nas RI, sobrepondo a imposição de poder com possível uso da força bruta dos realistas (embora ainda prevaleçam no mundo algumas situações tratadas pela ótica realista). Dessa forma, o vínculo do interesse como elo de união e as negociações superam (ou superariam) a estratégia de conflito militar.

Entender os paradigmas citados facilitará na compreensão das regências e objetivos acerca dos temas das RI entre as nações. Perceberemos que não se trata apenas da compreensão sob uma única escola, excluindo totalmente qualquer outra, mas sim de uma integração dos entendimentos do que cada uma delas reflete (e induz à reflexão) que possibilitará um esboço do cenário internacional e de sua situação.

Em alguns casos, perceberemos nítida busca e imposição de poder de um ator sobre o outro. Em outros casos, perceberemos a presença da interdependência. Porém, em se tratando de um período Pós-Guerra Fria, não podemos deixar de citar a importância da crescente presença dos países em desenvolvimento (antes chamado de terceiro mundo) e seu peso nas RI. Tais entendimentos serão vitais para que possamos prosseguir com o próximo capítulo, onde os

assuntos internacionais que têm ou tiveram influência marcante nas diretrizes políticas nas nações serão abordados.

4 Análises Específicas

Os temas globais influem na realidade política e social das nações, em especial, das nações de economia mais frágil, como por exemplo o Brasil. Assim, entender as políticas econômicas entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento é o primeiro passo a ser dado.

O elo entre políticas internacionais não parece muito claro, à primeira impressão. Entretanto, quando o foco incide sobre as ações governamentais não pensadas como fatos puramente baseados em decisões de cunho pessoal, guiados ou não por fundamentos racionais, ou baseados em total ou majoritariamente influência do meio e de suas variáveis, subjugando o poder de pensar e produzir ação, fica mais evidente entender tal correlação.

A primeira investida faz-se no plano dos objetivos a serem produzidos. Por excelência, cabe à política tais assuntos, e àquela, aos políticos. Em resumo, a política é a produção dos líderes políticos, e tal produção, fruto da interação entre decisões e reações às variáveis existentes no meio político. Lembrando a definição de política citada (p. 19), cabe então, ao juízo de valores de quem irá elaborar e por em prática essas ações, entender que para cada passo dado haverá um risco: “(...) enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona.” (MAQUIAVEL, 1999, p. 106)

Baseados nessa premissa, muitos dos rumos políticos buscam obedecer a uma certa tendência de constância e harmonia com os rumos políticos vigentes. Por exemplo, citando novamente as ditaduras militares na América Latina, esses eventos somam no total o esforço advindo da ação de frear o avanço socialista no continente. Os ditadores seguiram os rumos das políticas estadunidenses e privilegiaram a concepção capitalista de modelo econômico. Na outra mão poderiam os países latino-americanos ter adotado o comunismo, porém, o risco de indisposição com a potência a qual estavam (e estão até hoje) subjugados os mergulharia numa terrível crise política e econômica, e talvez, levando a um conflito armado. Cabe, então, no entendimento do temor do castigo (no caso, o “castigo” advém do fracasso no alcance do objetivo, que encaminha à adoção da via tida mais fácil, que é a de adotar o caminho apontado como mais correto, dada a realidade vigente), percebê-lo como uma importante variável que influenciou esses governos.

Outra investida faz-se em relação às vontades e aspirações das classes dominantes e dirigentes em adotar determinadas políticas. Ainda citando exemplos do passado histórico brasileiro, nunca efetivou-se concretamente uma política de reforma agrária substancial para que terras fossem distribuídas igualitariamente o ou mais próximo possível da equidade entre famílias pobres camponesas. O interesse das altas classes latifundiárias nunca se alinhou a esse rumo.

Certo cuidado e cautela ao inferir-se nos denominados interesses. Uma passagem, a seguir, ilumina o caminho de uma análise mais coerente sobre do assunto. O interesse, como citado na passagem da pág 31, é guiado pela natureza humana, e é inerente a essa natureza. Aristóteles disserta alguns pontos sobre o ser humano, pertinentes à discussão:

Considera-se que tanto a continência quanto a fortaleza estão incluídas entre as coisas boas e louváveis, e que tanto a incontinência quanto a frouxidão incluem-se entre as coisas más e censuráveis; e pensa-se também que o mesmo homem é continente e disposto a sustentar o resultado de seus cálculos, ou que o mesmo homem é incontinente e está pronto a abandoná-los. Além disso, o homem incontinente, sabendo que age mal, age levado pela paixão, ao passo que o homem continente, sabendo que seus apetites são maus, recusa-se a segui-los em razão do princípio racional.(...) Finalmente, diz-se que os homens são incontinentes até com respeito à cólera, à honra e ao lucro.(ARISTÓTELES, 2004, p. 146).

Pode-se perceber, na visão abordada, que as tendências das decisões caminham rumo à satisfação de desejos ou individuais (lucro, honra) ou rumo ao considerado mais fácil (temor do castigo). Obviamente trata-se de uma ótica de análise, não da verdade irrefutável.

Porém, sob esta ótica, e baseado nas premissas de interesse e contexto, fica fácil entender a sobreposição dos interesses voltados ao benefício dos anseios incontinentes em relação aos anseios continentais na política internacional. O desejo do lucro sobrepõe-se aos esforços de igualdade e justiça sociais, os interesses econômicos impõem-se aos interesses da sociedade (democráticos). E, ainda relevando-se a condição de que o contexto mundial serve como universo onde estão contidos os elementos que baseiam ou influem as variáveis das políticas nacionais ou locais, toma-se como plausível que a contextualização da nova ordem vigente, alinhada aos interesses neoliberais voltados ao lucro inconseqüente, à mudança do Estado, em alguns países (principalmente nos considerados em desenvolvimento), voltando sua maior prioridade aos assuntos econômicos, aponte para uma conexão entre as políticas públicas nacionais e locais e a Política Internacional.

Mais explicitamente falando, o alinhamento, baseado no que foi escrito, entre as tendências internacionais e as ações nacionais e locais, traduzidas na forma de políticas públicas são, efetivamente, o elo entre uma e outra; a política nacional está alinhada (por interesse e por falta de opção) à Política Internacional, que pressupõe a incontinência do lucro sobre qualquer outra coisa. As políticas públicas, por sua vez, contam com suas diferentes importâncias na agenda política, que, desenhada sobre o neoliberalismo, rebaixa essas ações governamentais, em especial nos países menos ricos, como o Brasil, por exemplo. Nessas políticas tidas como menos importantes, encontramos as políticas públicas de atividade física e promoção de saúde. O modelo a seguir, proposto para visualizar a conexão entre Relações (Políticas) Internacionais e políticas públicas de promoção a saúde e atividade física, ajuda a entender o ponto em pauta.



Figura 1. Modelo proposto de o elo entre RI e PP.

O modelo, de forma simples e clara, mostra que existe uma relação entre os elementos, onde um está contido no outro, sendo que a influência mais forte no sentido externo-interno. Assim, ao tocarmos no assunto das políticas públicas de atividade física e saúde, perceberemos que a singularidade do binômio adesão/recusa em relação a elas encaixa-se numa lógica dentro de uma concepção que é fortemente influenciada pelas políticas internacionais e suas filosofias e ditames. Veremos que o crescimento das chamadas responsabilidades sociais está associado a um processo pelo qual o Estado vem passando, e que esse processo é fortemente embasado e atrelado a esses rumos das políticas econômicas internacionais.

Ver-se-á ainda que a cadeia de eventos descrita a seguir compilou para chegar-se num ponto tal que tornou-se inevitável o Brasil entrar em desvantagem na nova ordem mundial, e que esta desvantagem contribui para que os governos, em níveis federal, estadual e municipal apliquem as políticas públicas da forma como vêm fazendo para com a sociedade.

4.1. Eventos internacionais e o processo de endividamento externo na América Latina e no Brasil.

Os atores mantêm diversas formas de relacionamento entre si no quadro mundial. Podemos destacar alguns exemplos, como as relações culturais existentes entre determinados atores (caso dos países de língua portuguesa, que são São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Guiné-bissau, Moçambique, Angola e Portugal que tentam transformar o português em língua internacional), relações políticas (caso da União Européia), relações econômicas (blocos econômicos como a própria União Européia, os Tigres Asiáticos, a ALCA e etc...).

Uma das mais importantes atualmente se dá no plano que engloba as RI entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mais importante porém do que apenas citar como se discorrem tais relações, é a abordagem do tema sob a ótica das conseqüências nos diferentes atores internacionais que compõe o teatro. Tal análise requer uma busca sobre algumas mudanças decorrentes de fatos e acontecimentos, que ocasionaram as conseqüências a serem discutidas.

Tais mudanças trouxeram uma série de reformas de ordem política e econômica nos Estados de economias em desenvolvimento: “(...) o Estado está sendo reestruturado: desregulamentação da economia, privatização das empresas produtivas estatais, abertura de mercados, reforma dos sistemas de previdência social, saúde, educação e outros” (IANNI in RESENDE, IANNI & DOWBOR 1997, p. 18).

Essas reformas implicaram (e implicam ainda) em certas conseqüências para estes atores (os países em desenvolvimento), que tiveram que se flexibilizar para que não ficassem de fora do contexto global novo, que, a partir do fim da Guerra Fria, com o fim do socialismo, pode abrir as portas para uma economia mundial capitalista sem o contra peso de um sistema econômico rival.

Como decorrente da análise interdependentista, as empresas multinacionais são atores verdadeiramente causadores de revoluções e mudanças drásticas no quadro global, onde

seu poder torna-se evidente. Uma pequena reflexão acerca deste fenômeno se faz necessária para que a discussão possa prosseguir. A reflexão deve ser baseada num raciocínio que leve ao entendimento dos fatos, tais quais frutos de outras reflexões, que ditam ou modificam a realidade nos países em desenvolvimento. Aprender a raciocinar acerca deste tema é aprender a desvendar as entre linhas da realidade.

O primeiro passo a ser dado na direção do entendimento é compreender a raiz que concebeu tais reformas que renderam Estados e que conferiram tanto poder às injunções externas. Tratou-se, o endividamento, do fato dos países em desenvolvimento (em especial África e América Latina) não disporem de divisas suficientes para honrar seus compromissos externos. Tal ocorrido originou-se na crise do petróleo, da década de 70, quando o primeiro choque do petróleo balançou o equilíbrio das balanças comerciais dos países do mundo todo.

O aumento dos custos energéticos gerou enormes déficits nas balanças de pagamentos de todos os países, e por outro lado criou superávits para os produtores e exportadores de petróleo bruto. Com isso, os bancos internacionais começaram a receber depósitos astronômicos, os chamados petrodólares. Com os caixas fartos, o mercado financeiro internacional passou a oferecer dinheiro, a juros bastante baixos, às nações que quisessem contrair empréstimos (RODRIGUES, 1994, p. 70).

Ao que se sucedeu, após tal fato, pode ser atribuída em parte a origem de tais reformas. Recordemos o conceito da consecução de objetivos (p. 18), no qual o sistema social (função atribuída, nos casos dos Estados, ao governo) traça objetivos e diretrizes para o futuro.

O crédito barato fez com que uma facilidade irresistível tivesse origem. Somado a isso o fato de a América Latina estar sob domínio de regimes autoritários, o que fez com que pouca ou nenhuma oposição se levantasse contra a medida de tomar enormes quantidades de dinheiro emprestado. A consecução de objetivos traçadas, que justificaria tais empréstimos, foi a das “políticas desenvolvimentistas”.

Embora, a priori, o objetivo era a construção de um desenvolvimento econômico permanente, às custas do dinheiro emprestado, essas políticas não foram convertidas em divisas que gerassem riqueza para o desenvolvimento e para honrar os pagamentos dos empréstimos (RODRIGUES 1994), em virtude de desvios oriundos de ações corruptas, ou do financiamento de projetos não rentáveis o suficiente para cobrir os investimentos (RODRIGUES 1994).

Aliado aos desastres administrativos desses governos, o segundo choque do petróleo desferiu uma tragédia para esses países. Os preços das *comodities* caíram no mercado internacional, aliado à menor oferta de compra no mesmo, gerando menor caixa para os países endividados. E num último e trágico golpe, os países e instituições credoras aumentaram a taxa de juros internacional.

Percebe-se que o mau uso do dinheiro foi embasado numa política errônea, o que desencadeou o processo todo de deterioração da situação (para isso, vale lembrar o que foi escrito na pág 25, a respeito de decisões políticas e suas bases).

As conseqüências da má administração dos recursos no passado abriram caminho para que uma avalanche de mudanças propostas de renegociação das dívidas viesse a ocorrer. Isso possibilitou um sistemático processo onde o Estado se viu sem outra saída senão acatar a nova mudança mundial, orquestrada pela entrada dos novos atores internacionais no contexto:

O FMI é uma agência do *sistema* das Nações Unidas cuja função é cuidar do equilíbrio das relações financeiras mundiais. Dentro da estratégia internacional da dívida, o FMI vem assumindo o papel de “fiscal e mediador” entre os bancos e governos credores (Clube de Paris etc.) e os países devedores. As receitas do FMI para as economias em desenvolvimento – que compõe um conjunto de medidas conhecidas como *ajuste estrutural*, o qual inclui abertura de mercados, privatização de empresas estatais, controle do déficit público e da inflação, entre outras – começaram a ser “oferecidas” como soluções de única via para Estados que quisessem obter renegociação de suas dívidas, bem como ter acesso a novas linhas de crédito para retomar seu crescimento econômico (a famosa “cláusula de condicionalidade”). Ocorre que essas medidas, o mais das vezes, conduzem a situações recessivas, com um custo social altíssimo (desemprego etc.). (RODRIGUES, 1994, p. 72).

Os custos sociais implicam numa supressão dos anseios e necessidades sociais em função do cumprimento de metas. Tal imposição caracterizou (e ainda é presente nesses países) o mal à sociedade, uma vez que se converte na negligência de políticas voltadas ao bem estar social, subjugadas essas por políticas de manutenção das alterações e das condições necessárias para o cumprimento das metas acertadas. O maior problema reside na falta de alternativa em que a sociedade foi submetida, uma vez que a força dos novos atores internacionais suprime com larga vantagem a força e pressão social para reverter o quadro em seu favor:

Como o estado está crescentemente obrigado a atender às condições e injunções das organizações multilaterais e das corporações transnacionais, as orientações das forças predominantes na sociedade civil, em termos de povo, setores sociais subalternos ou maior parte das classes assalariadas, não encontram condições políticas ou jurídico políticas de realização. (Tani in IANNI, RESENDE e DOWBOR, 1997, p. 19).

Em resumo, o endividamento externo possibilitou instrumentos para uma relação de dependência econômica, política e tecnológica dos Estados para com as injunções externas. Dependência econômica, pois o capital externo é necessário para reerguer economias falidas pelas dívidas e pela recessão econômica conseqüente; política, pois os países devem obedecer às políticas internacionais das instituições multilaterais, que por sua vez têm suas decisões alinhadas com os países centrais e credores, não restando quase nenhuma outra alternativa senão seguir a “cartilha” imposta; e tecnológica, pois os países periféricos são alvos de gigantescos investimentos de empresas transnacionais que acabam por liquidar a pouca concorrência local, ou comprando as empresas rivais (de capital nacional), ou causando suas falências.

De qualquer forma, a tecnologia requer alto investimento em pesquisa e desenvolvimento. O custo para tais evoluções é extremamente alto, podendo poucas instituições arcar com ele. Assim, as mega-corporações que entram (invadem e tomam quase de assalto) no mercado constituem o grupo seleta dentre os demais na economia que podem criar essas novas tecnologias (ou trazendo tecnologias já desenvolvidas ou produzindo novas, porém sob a administração da matriz, que pouco se importa com interesses sociais ou nacionais):

Os países periféricos receberam este conhecimento tecnológico já pronto, sem possuírem inicialmente o controle desta técnica e convertiam-se apenas em base de fabricação mundial, sobretudo por oferecerem a vantagem de uma mão de obra barata. (KON in IANNI, RESENDE e DOWBOR, 1997, p. 63).

Dessa forma, o país, para se alinhar aos novos interesses, assimilou a ideologia globalizadora, presumidamente a do Estado mínimo, do enxugamento das despesas do mesmo, transformando-se o estado numa mera divisão de suporte à economia, nada mais:

[...] e a queda dos sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, promovido por aqueles que o autor denomina “teólogos do livre mercado”, os quais incentivam a caça dos direitos sociais e a brutalização da política – que passa a ser um mero apêndice da economia – para que sejam engendrados com inacreditável irresponsabilidade teórica, modelos de ortodoxia econômica que abrem as portas da humanidade para um futuro de escuridão. (PALMA, 2003, p. 113).

Embora com ares otimistas, é evidente, a seguir, os interesses e metas governamentais, alinhados aos interesses neoliberalistas. (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>).

Para enfrentar os fatores de natureza estrutural que se encontram na raiz do desequilíbrio fiscal o Governo tem adotado um conjunto de iniciativas ao longo dos últimos anos. Entre as principais medidas destacam-se: as reformas constitucionais e legais da ordem econômica, que permitiram a implementação do importante processo de privatizações de empresas estatais; os acordos de ajuste fiscal com os Estados; o saneamento e privatização dos bancos estaduais; e o aprimoramento dos mecanismos de controle do endividamento de Estados, Municípios e estatais.

Fica clara a intenção do governo em reduzir a presença do estado na sociedade: como citado acima, minimizando sua presença na economia. Em harmonia aos novos postulados políticos e econômicos vigentes, as políticas sociais vêm sendo desenhadas, de forma a que as idéias clássicas pertencentes a essa gama de filosofias e conceitos, tais como a centralização no indivíduo, o corte em investimentos sociais do estado, abrindo caminho para a chamada responsabilidade social (ou responsabilidade corporativa – RC), entre outros, tomem lugar em detrimento das condições sociais, das análises humanas, tão importantes nas políticas públicas (voltadas aos seres humanos...).

Muito material acadêmico está à disposição para consulta e pesquisa: é tentador procurar por todos. Porém, mais importante, na discussão proposta neste texto, é o assunto das políticas de promoção a saúde e atividades físicas. Embora, sob a ótica do senso comum, pareça supérfluo, num país de abundante miséria e desigualdade social, falar em políticas que envolvam atividade física e bem estar, muito destas políticas pode ser extraído; representam forte recurso, pouco ou mal utilizado, a favor da sociedade. Suas ações variam desde aplicações pedagógicas, integração social, busca de talentos esportivos, até as aplicações nas áreas de saúde, com envolvimento no tratamento, profilaxia e reabilitação de doentes vítimas principalmente de doenças crônico-degenerativas; são assim, muito importantes. A exemplo dessas aplicações, pode ser citada a atividade física monitorada e planejada no controle da hipertensão arterial: “Sabe-se que um programa de condicionamento físico é recomendado como conduta importante no tratamento farmacológico da hipertensão arterial.” (CAMPENE e GONÇALVES, 2002, p. 561)

Outra evidência é a clara missão atribuída ao professor de Educação Física, citada a seguir:

O profissional de Educação Física deve estar atento a essas situações ao elaborar seu planejamento, seja na escola, clubes, escolas de esportes e outros campos de atuação. O aprendizado de novas modalidades esportivas, novas técnicas, a melhora de resultados, a superação de desafios dentro de cada faixa etária dependem da motivação do aluno, e este depende diretamente da coordenação motora bem desenvolvida desde os primeiros anos, em decorrência da estimulação proporcionada pelo ambiente em que vive através dos pais e posteriormente na escola, nas aulas de Educação Física. (GONÇALVES, 2004, p. 198)

Ao enfatizar a necessidade das aulas de Educação Física no desenvolvimento da coordenação motora, e na importância da coordenação motora na construção da pessoa humana, a importância da EF em diferentes níveis de aplicação no que diz respeito ao bem prestado a sociedade: desde a ação na construção de programas de atividades físicas de desenvolvimento de coordenação motora (ou outra aptidão física) para crianças, correção de erros e melhora de desvios motores ou no tratamento de distúrbios motores, por meio de atividade física especial.

4.2. Políticas públicas de promoção à saúde e atividade física: questões sobre adesão e permanência e o discurso alinhado.

Muitas são as promessas sobre a promoção a saúde por meio das atividades físicas. Nessa direção caminham a maioria das políticas públicas de promoção a saúde e bem estar. Com o discurso de serem o meio para uma vida melhor e mais saudável, essas iniciativas contam com o apoio de uma enorme tradição histórica positiva que ressalta que as atividades físicas e esportes contribuem para a melhora da saúde e qualidade de vida, sem contar com a modelagem boa do caráter e nos vínculos sociabilizantes promovidos em virtude do esporte.

Apesar de toda essa força histórica, existem certos entraves que, mais realísticos que os discursos elaborados sobre os benefícios, relatam a realidade, que difere do ideal proposto de integração e felicidade. Desta forma, as políticas públicas de promoção à saúde e atividade física precisam ser discutidas sob o prisma da análise contextual. O questionamento sobre a não adesão aos programas propostos de atividade física inicia a análise:

[...] pois se a exercitação corporal goza de prestígio social por ser vinculada a questões importantes como educação, saúde, produtividade, bem estar comunitário, qualidade de vida etc., por que os índices de participação ainda não lograram atingir os patamares considerados desejáveis? (PALMA, 2003, p. 106).

[...] ao longo do tempo, fomos convencidos sobre as necessidades de bebermos água tratada, de termos esgoto e banheiros higiênicos, de lavar as mãos após fazermos nossas necessidades fisiológicas, de vacinar-nos, de escovar os dentes várias vezes por semana, de tomar vitamina C, de fazermos higiene corporal todos os dias, enfim, fomos convencidos a adotar muitos hábitos que contribuem para termos saúde, e talvez saudebilidade. Contudo, as pesquisas informam que o hábito da atividade física tem pouca penetração. Em vários países, não passa de vinte e cinco o percentual de pessoas que realiza atividade física e outros registram percentuais ainda menores. Como as pessoas não se conscientizam sobre uma recomendação repetida de tantas e tão variadas formas? Como a pastoral da higiene teve êxito e a atividade física parece fracassar? (LOVISOLO apud PALMA, 2003, p. 106).

As questões tocam num assunto peculiar, no que diz respeito a essas políticas: trazem à luz a realidade, na qual pouca adesão e permanência da população alvo destas políticas acontece. Essas questões levantam ainda outro debate, o do porquê deste fato, tão contrário aos apelos “tradicionais” de que esportes, atividades físicas e exercícios fazem bem à saúde.

Existe uma variável que não é levada em consideração, ao menos da forma como deveria, fato que deriva de uma postura (já citada linhas atrás) adotada pelas autoridades responsáveis. O fato em questão trata das condições **sócio-econômicas**. A omissão deste “pequeno” (aspas do autor) detalhe fica evidente quando a responsabilidade é atribuída de forma individual aos membros da sociedade, de forma a induzir ao pensamento de que existe recusa ou preguiça em aderir a programas dessa natureza.

Contrário ao princípio da culpabilização do indivíduo e de sua “recusa” aos hábitos saudáveis, encontramos a seguinte definição de saúde (GONZÁLES, 2005, p. 378):

De fato, o Código de Saúde do Estado, que corresponde a lei orgânica as saúde em âmbito estadual, estabelece, em seu artigo 2º, que a saúde é uma das condições essenciais da liberdade individual e da igualdade de todos perante a lei (caput), integra direito inerente a pessoa humana, constituindo-se em direito público (§ 1º) e expressa-se sob a forma de qualidade de vida (artigo 3º) (São Paulo, 1995).

Ainda na mesma referência, sobre saúde coletiva, encontra-se:

Desse modo, o biológico cede ao social a centralidade da geração de elementos teóricos e metodológicos em saúde: (...) a partir do reordenamento do estatuto conceitual de saúde na Constituição Cidadã de 1988 como “Dever de Estado e Direito de Cidadania (GONZÁLES 2005, p. 379).

Outra definição de saúde, segundo Palma, onde complementa-se a idéia da necessidade da ação do Estado sobre a sociedade (BRICEÑO-LEON apud PALMA 2003, p. 15):

A saúde é uma síntese: síntese de uma multiplicidade de processos, do que acontece com a biologia do corpo, com o ambiente que nos rodeia, com as relações sociais, com a política e a economia internacional. A saúde é um índice de bem estar, talvez o mais importante a ser alcançado por uma população. É uma amostra palpável do desenvolvimento social alcançado por uma sociedade e uma condição essencial para a continuidade desse mesmo desenvolvimento.

Pois se a saúde é um pilar para a liberdade individual, e uma obrigação do Estado para com a sociedade, o indivíduo não pode estar (e não está) alheio ao seu desejo de liberdade individual, como ser humano e como cidadão, e no mesmo raciocínio, cabe ao Estado proporcionar condições favoráveis à promoção de saúde e bem estar ao cidadão, pagador de impostos e membro, por definição, da sociedade. E uma vez que se descarta das variáveis as condições sócio-econômicas, o dever do Estado desaparece, e abre caminho para a “recusa” do pobre carente que não tem acesso, onde as condições de vida dos mais necessitados seriam (deveriam) o alvo da definição nobre de saúde e saúde coletiva. Ainda mais desfavorável à condição dos mais carentes, a falta de saúde, complementando a idéia de possibilidade de liberdade, um círculo pernicioso e vicioso, descreve como estar doente é penoso aos pobres:

O estado de saúde é um catalisador de círculos virtuosos ou perversos em relação com a pobreza. Um círculo perverso freqüentemente é o que os pobres têm mais possibilidades de adoecer e, ao perder a saúde, têm maiores dificuldades para buscar alternativas para enfrentar a pobreza. Na situação inversa, a melhora no acesso à saúde dota-os de melhores possibilidades para encara-la (PALMA apud KLIKSBURG, 2003, p. 111).

De fato, é comum incidir a culpabilização individual no estilo de vida adotado.

Sobre isso, Gonçalves (2005) os retrata:

As necessidades básicas para a subsistência, tais como habitação, saneamento e outros fatores ambientais, garantidas mediante o nível dos rendimentos das pessoas e indiretamente por políticas públicas que asseguram a distribuição de serviços coletivos entre população, constituem seu *modo de vida* (Dutz & Rocha, 2002).

Assim posta, a expressão se articula com outras duas, condições de vida e estilo de vida, igualmente referentes a decorrências sociais da dinâmica da produção, circulação e consumo de bens. A primeira delas correspondem aos numerosos determinantes e condicionantes gerais da vida da sociedade como um todo, enquanto os processos particulares dos diferentes grupos e suas relações com os outros constituem as *condições de vida* e, por último, as singularidades inerentes à pessoa e a pequenos grupos, como família e a roda de amigos, a habitação e seu entorno, o local de trabalho, seus hábitos, normas e valores, correspondem ao *estilo de vida*

(Buss, 2002). Esta maneira de interpretar tais questões subjacentes ao conceito de qualidade de vida parece interessante porque situa realisticamente o que se convencionou chamar de estilo de vida.

O estilo de vida, como comumente é posto, é tido como o responsável pelos males que venham a ocorrer com o indivíduo, e este é responsabilizado por adotar tal estilo de vida. Porém como descrito na citação, existe uma cadeia de premissas que condicionam e dão possibilidade às condições subalternas à que está presente no topo. O estilo de vida está limitado pelas condições de vida (sócio-econômicas). Cabem ao indivíduo escolhas dentro das suas condições possíveis, que são limitadas pela realidade em que está contido, tais como região geográfica, renda e etc.

A atividade física que se desenvolve no tempo disponível igualmente reproduz as diferenças sociais de classe. Pressuposto elementar para que se concretize é, justamente, o tempo disponível. Não podemos esquecer que, em meio às várias tarefas a que se submete diariamente (o trabalho assalariado, o trabalho “extra” e o trabalho doméstico), o indivíduo, na maioria das vezes, não consegue condições mínimas que viabilizem uma qualidade de vida digna, o que lhe possibilitaria a prática “humana” de determinada atividade física. (CARVALHO, Y. 1993, p. 41)

Podemos então traçar uma relação entre as condições sócio-econômicas, o estilo de vida e a adesão aos programas de atividade física e promoção a saúde. Seria o fato de nestas políticas, além de não levarem em conta que muitas pessoas não dispõem de recursos reais para ao menos aderir a eles, o fato da centralização no indivíduo por tal motivo condiz com a idéia da minimização do estado, de certa forma: uma vez que existe um culpado, não cabe a análise do assunto à responsabilidade governamental em promover não apenas as políticas, mas as condições para que a população carente possa de fato ter acesso a elas. Isso envolve, obviamente, investimentos, que cada vez mais aparentam estarem fora das metas e compromissos das esferas da administração pública.

Rezende (2002), num estudo sobre gastos públicos em diversos países, desenvolvidos e em desenvolvimento (de alta renda e baixa renda) concluiu o seguinte:

Por todas as formas de comparação aqui utilizadas, os governos dos países mais ricos interferem mais na economia e na sociedade, exercem maior intervenção social e são aqueles que menos se movimentam na direção do que a literatura internacional convencionou chamar de “Estado mínimo”. Se existe Estado mínimo, ele não está nos países mais ricos, e sim nos de renda menor. Assim, a grande transformação no papel do Estado consiste em sua minimalização nos países de renda média-baixa e média-alta, em

forte contraste com o ideário corrente de que nos países mais ricos haveria um Estado mínimo (RESENDE 2002 p. 139).

Antagônico ao fato da minimalização do Estado, a reportagem a seguir, extraída de estudo da Fundação Getúlio Vargas demonstra possibilidade de reversão do quadro de miséria no Brasil, país que vem adotando a filosofia do Estado mínimo:

Rio de Janeiro, 10 julho (Jornal do Brasil).

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou ontem o 'Mapa do Fim da Fome no Brasil', baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD, de 96 a 99. De acordo com o chefe do Centro, Marcelo Neri, a pesquisa revela que existem hoje no país 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de indigência (29,3% da população), recebendo uma renda mensal inferior a R\$ 80 per capita. O estudo da FGV aponta que para erradicar este quadro de miséria, seria necessário a aplicação de R\$ 1,69 bilhão por mês (2% do PIB), o que significaria uma contribuição mensal de R\$ 10,4 por brasileiro, tendo como base a renda per capita do país, que é de R\$ 262. "A idéia desta pesquisa é mostrar como custa pouco erradicar a pobreza ao fornecer dados exatos de quanto seria preciso para tirar 50 milhões de brasileiros da indigência", explicou o economista.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a contribuição mensal de R\$ 10,4 por brasileiro para erradicar a pobreza do país seria variável segundo a renda per capita de cada estado. De acordo com o relatório 'Mapa do Fim da Fome no Brasil', elaborado pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, cada habitante do Piauí teria de contribuir com R\$ 24, já que o estado possui a menor renda do país (R\$ 111). Em São Paulo, onde a renda é de R\$ 380 por pessoa, cada paulistano doaria R\$ 4,15 para eliminar a pobreza. O chefe do Centro, Marcelo Neri, salientou que o Mapa não propõe políticas de investimentos na área, mas apresenta o custo real, em números, para erradicar a miséria no país. No entanto, o economista acredita que a adoção de metas sociais envolvendo a participação do governo e da sociedade seria uma alternativa para o problema. "O mesmo esforço aplicado pelo Banco Central para prever a redução das taxas inflacionárias com tanta segurança e antecedência poderia também ser aplicado para reduzir esses alarmantes indicadores sociais. Basta ter como prioridade o enfoque na política social", defendeu Neri. (www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm).

Desta forma, as políticas públicas constam no grupo de gastos que minguaram, dentro da lógica do Estado mínimo citado pelo autor, tomando assim essa natureza peculiar onde há essa "recusa" que impede que dêem certo os esforços para o sucesso das mesmas.

Um exemplo a ser citado como programa de incentivo à atividade física é o programa Agita São Paulo, de Matsudo. (1998). Baseado nas ciências biológicas como fisiologia do esforço e estudos epidemiológicos, o programa baseia-se no anúncio de que pequenas sessões diárias de exercícios de 30 minutos, ou sob intensidade moderada em intervalos de 10 a 15 minutos trariam um suposto “passaporte para felicidade” (subentenda-se saúde e bem estar). Assim, tarefas do cotidiano, tais como passear com o cachorro, subir e descer escadas, lavar o carro, uma caminhada em ritmo acelerado seriam os meios para a prática dos exercícios.

Outro programa interessante de atividades físicas, promovido na Unicamp, promove inúmeras atividades físicas numa prestação de serviços à comunidade próxima a universidade. O programa intitula-se Mexa-se. Organizado pelas instituições CECOM (centro de saúde da comunidade) e LAPFEF (laboratório de eletromiografia e biomecânica da postura da faculdade de Educação Física – Unicamp).

O nome do programa sugere uma afirmação. Sem querer induzir o leitor a pensar de forma errada sobre o programa, mas o título sugere que indivíduo não se mexe, ou está “parado”, e que o programa o chama a se mexer (certa conformidade em atribuir ao indivíduo sua “inatividade”, ao menos no título)

O objetivo do programa é o seguinte:

O Programa de Convivência e Atividade Física na Universidade vem integrar o Projeto Institucional de Qualidade de Vida na Unicamp coordenado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário. Nosso objetivo geral é disseminar informações de caráter preventivo e promover a saúde através da prática de atividade física junto à comunidade da Universidade Estadual de Campinas. (disponível em <http://www.cecom.unicamp.br/mexa-se/>)

As atividades físicas são sugeridas a partir de uma sessão de avaliação física, onde a pressão arterial e o IMC (índice de massa corpórea) são medidos e anamnese é aplicada. A partir dessa fase, o inscrito receberá recomendações sobre atividade física que melhor se enquadra ao seu perfil.

A iniciativa não faz parte de uma política pública; é uma iniciativa da universidade em promover e dispor à comunidade a prestação de um serviço gratuito e de qualidade. Não há promessas de felicidade e alegria nesse caso, e nem poderia haver.

O Ministério dos Esportes dispõe um boletim que ressalta algumas de suas visões com relação aos esportes. Retrata uma série de benefícios vinculados ao esporte, em diferentes aplicações deste, desde o alto nível até a recreação e lazer e merece uma reflexão.

Segundo o boletim:

O esporte não é, para nós, um instrumento para atacar apenas este ou aquele problema, por mais grave que seja. O esporte é, isto sim, um poderoso fator de desenvolvimento humano num sentido mais amplo, porque contribui de forma decisiva para a formação física e intelectual das pessoas. Como recreação ou como competição, o esporte só traz vantagens para todos nós – e por isso deve ser tratado como uma atividade essencial, como a saúde e a educação. O esporte introduz nas crianças valores como a solidariedade, o respeito ao próximo, a tolerância, o sentido coletivo e a cooperação.

Um jovem que pratique esporte encontrará mais facilidade de arranjar emprego, pois terá mais disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras e noções de trabalho em equipe. O esporte também previne doenças e garante o bem-estar físico e mental das pessoas, e com isso nos passa um sentimento de paz. O esporte previne e cura grande parte das doenças não-contagiosas que afetam a humanidade. Além do mais, faz com que a pessoa ganhe consciência a respeito do funcionamento do corpo humano.

(disponível em http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp)

As políticas de atividades físicas e esportes descritas na mesma página de internet são: Programa Segundo Tempo (aplicação do esporte na escola), Esporte e Lazer na Cidade (recreação e lazer).

De uma forma interessante, o esporte é colocado como um veículo para determinado fim. No caso, o ministério dos esportes vincula o fim da produtividade, de forma clara, quando escreve que o trabalhador que pratica um esporte renderá mais no seu trabalho em função de ter um humor e saúde melhor. Não podemos deixar de observar uma sutil coincidência com o passaporte para alegria de Matsudo. Semelhante à doutrina do Agita São Paulo, o boletim tende a enfatizar o esporte e atividade física no contexto capitalista, onde este é um caminho para chegar à produtividade no trabalho como fim, embora cite mais programas de atividades físicas de atuação em diversas frentes. A felicidade do trabalhador que pratica esporte seria maior que a do que não pratica.

Sobre o suposto “passaporte para a felicidade”:

Num país em que a jornada laboral é excessiva, não raro desempenhada sobre condições ergonômicas inadequadas, os salários são reconhecidamente baixos e os direitos sociais estão ameaçados de se transformar em miragem, não parece muito

promissora a idéia de uma relação entre atividade física saudável e o aumento da produtividade na empresa. Além disso, ao centrar no indivíduo a responsabilidade sobre fazer ou não atividade física, o programa desconsidera a importância do empenho social na busca por políticas públicas(...). (PALMA, 2003, p. 109)

Porém: “Em síntese, fica claro que, epistemologicamente, aceitar a responsabilização das pessoas na gênese das condições e agravos de saúde significa alinhar-se às formas citadas de pensar e agir em sociedade” (GONÇALVES, 2005). O conflito entre o fato real e a busca pelo ideal mais uma vez evidencia-se. Sugestivo então que a responsabilização é um instrumento paliativo de análise no que diz respeito à adesão e continuidade nos programas propostos pelas políticas, tais quais são postas. Passando pelas condições sócio-econômicas inadequadas, pelo equívoco da atividade física como benéfica, tal qual é contextualizada, e pressupondo-se que o indivíduo saiba, embora não por meios acadêmicos, mas pela obviedade, que saúde ou estar saudável é bom, não cabe, dado o que foi escrito, incidir culpa no mesmo, ou falar em recusa.

Abre-se assim um grande espaço que de alguma forma é preenchido. Se por um lado não há por parte das autoridades competentes a devida atenção, mas a carência permanece, outros segmentos da sociedade tomarão a iniciativa em preencher o vazio criado.

Onde o Estado se ausenta, crescem as iniciativas privadas para preencher as lacunas expostas. Nasce então a chamada responsabilidade social, ou responsabilidade corporativa (RC). Repare-se que essa iniciativa parte de uma obrigação não cumprida do Estado, e que o apelo humanitário e social das empresas envolvidas nos programas de RC canalizam essa responsabilidade em *markentig* para a sociedade, na intenção de aumentar o seu prestígio e assim aumentar sua influência na sociedade, com o aumento da venda de seus produtos e serviços:

No quadro mais geral da economia e política prevalentes no mundo ocidental contemporâneo, caracterizado pelo aumento do poder transnacional das organizações privadas e pelo enxugamento da presença do Estado no cotidiano da vida das pessoas e dos grupos sociais, reconstruem-se elementos do conjunto e concepções e práticas que constituem a Responsabilidade Corporativa, identificada como síntese entre os interesses do lucro e da produtividade com as necessidades sociais das populações. Por um lado, recorda-se, ela defende causas amplas reconhecidamente nobres, como o desenvolvimento sustentável e os ativos intangíveis, passando por programas intramuros de extração funcionalista, modelagem comportamentalista e Educação em Saúde e atingindo medidas como recepção a novos funcionários e

instalação de ambientes culturais. (GONÇALVES, GUTIERRES e VILARTA 2005, p. 11).

Recordando a respeito de RC, pode-se traçar uma raiz mais antiga em relação ao esporte (ou atividade física) vinculado ao processo produtivo. Uma vez que buscando a gênese do esporte moderno, encontra-se o fato que este surge no contexto da revolução industrial, onde o tempo entre jornadas de trabalho passa a ser aproveitado com a prática de esportes e atividades físicas:

O primeiro e mais importante fator de desenvolvimento do esporte foi o surgimento do tempo livre em decorrência do acelerado processo de industrialização.(...). Para a civilização técnica o tempo dedicado às atividades não produtivas é um tempo de recuperação da força de trabalho, tendo em vista o desenvolvimento do modo de produção capitalista. (CAVALCANTI, 1997, p. 40).

A afirmação não se refere a RC, mas esta tem raiz vinculada no princípio do esporte e do tempo de não trabalho como apêndice do aumento do processo produtivo. O apelo social por tempo de não trabalho (lazer ou folga) é correspondido agora com programas de incentivo social, em diversas frentes.

A exemplo disso, pode-se citar a Fundação Vivo (ver web site), onde uma gama de programas sociais em diversas frentes, como cultura, educação, atividade física. Por exemplo, o programa de incentivo a esportes intitulado **Projeto de Esporte na Ilha Criança**. Segundo tal ação, trata-se do incentivo da prática de tênis para crianças carentes de Florianópolis-SC, em parceria com algumas outras entidades, tais como Instituto Guga Kuerten (IGK), Prefeitura Municipal de Florianópolis e Federação Catarinense de Tênis (FCT). A extensão dos investimentos, segundo a instituição Vivo foi de R\$ 55.363,00 (2003), e R\$ 64.448,00 (2004).

Neste programa em especial, o caminho da atividade física escolhida foi o tênis. Percebe-se que pela descrição do objetivo, a atividade do tênis em si não é o fim, que uma gama de objetivos é vinculada à prática (não somente a ela), e que, de uma forma bastante convincente, faz-se parecer que o esporte é responsável pela construção do caráter dessas crianças beneficiadas. O objetivo do programa está descrito a seguir:

Objetivo:

- Aliar a prática esportiva à educação fundamental e básica, oferecendo aos jovens a oportunidade de trabalhar as emoções, desenvolver limites, possibilidades, discutir estratégias, compreender o sentido de regras, aprender a movimentar-se, escolher alternativas com grande agilidade e rapidez e coordenar ações do corpo

- Oferecer aulas de introdução à informática e acesso à Internet (URL instituto VIVO).

Outra instituição de grande peso na RC, o Instituto Airton Senna, dentre muitos programas sociais, em inúmeras frentes, promove o programa Educação Pelo Esporte. Segundo dados do site do instituto:

Os campi das universidades do país foram ocupados por crianças e adolescentes que jogam bola, nadam, brincam. Mas eles também têm atividades de apoio à escolarização, acompanhamento médico, odontológico, nutricional e psicológico. Essa garotada mora nas comunidades de baixa renda do entorno das universidades e participa do Programa Educação pelo Esporte. Implementado desde 1995, o **Programa já beneficiou 57.600 meninos e meninas e recebeu o selo de reconhecimento da Unesco.**

Graças ao potencial que o esporte tem de educar, aprende-se a conviver em grupo, a conhecer suas capacidades, a tomar decisões e buscar soluções para os problemas. O Educação pelo Esporte atua na educação complementar à escola e tem expressivo impacto no desempenho dos alunos na sala de aula, além de melhorar seu relacionamento familiar e social.

Em 2004, 92% das crianças e jovens que participam do Educação pelo Esporte passaram de ano na escola. No Brasil, a média de aprovação na rede de ensino foi de 74,6%. Nenhuma das crianças e jovens do Programa abandonaram os estudos. Já na rede regular, 5,4% dos alunos deixaram a escola. (disponível em <http://senna.globo.com/institutoairtonsenna/>)

Basicamente, o esporte serve como fator motivacional para que crianças permaneçam nas escolas, que aprendam e assim possam desenvolver-se. O Programa baseia-se no seguinte objetivo:

Criar oportunidades para que as crianças e jovens desenvolvam competências **Cognitivas, Pessoais, Sociais e Produtivas**. Dessa forma, o Programa presta a sua contribuição em busca da promoção do desenvolvimento humano em nosso país. Além disso, é grande objetivo do Programa, que se caracteriza por uma Tecnologia Social, servir de exemplo e de inspiração para outras instituições que apostem nessa estratégia para enfrentar os desafios sociais de sua região. (disponível em <http://www.educacaopeloporte.org.br/>)

Outro exemplo, porém não de RC, mas de uma proposta de apelo a atividade física, por meio de eventos amplamente divulgados, são as provas de pedestrianismo, ou popularmente conhecidas como corrida de rua. Esses eventos promovem, como o nome já diz, corridas de rua, e vêm contando com forte adesão popular ao longo dos anos. As figuras abaixo

mostram um crescimento bastante expressivo no número de participantes em duas provas bastante tradicionais de pedestrianismo.



Figura 2 Evolução do número de participantes da corrida de revezamento Pão de Açúcar

FONTE: (Salgado 2005 p. 24)

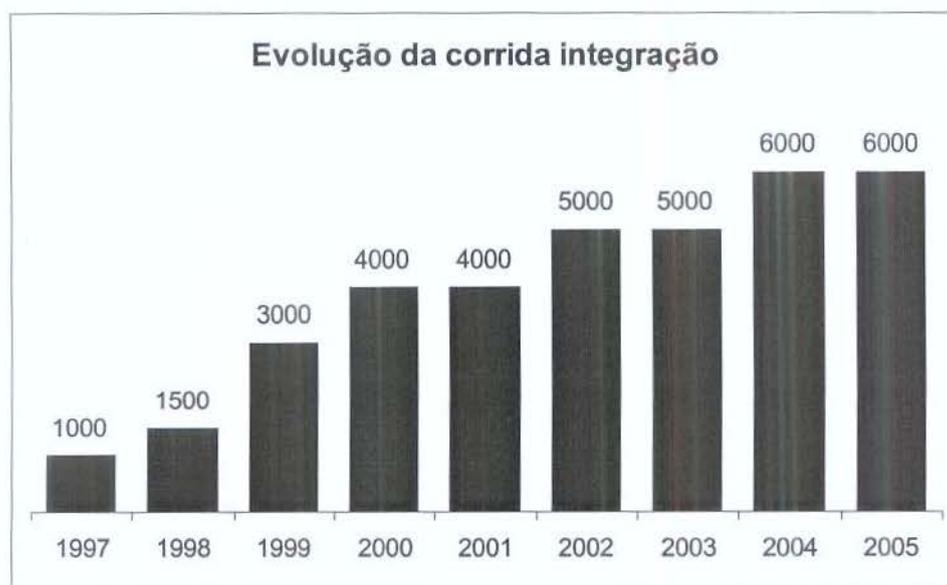


Figura 3. Evolução do número de participantes na corrida Integração. FONTE: (SALGADO 2005 p.22)

Ainda segundo o mesmo autor:

De acordo com a Secretaria Municipal de Esportes da cidade de São Paulo (2005) e a FPA (2005), a Corrida de Rua é uma das modalidades que mais têm crescido na cidade. Dentre as provas que receberam Alvará desta secretaria para sua realização, temos:

- ✓ 2001: 11 provas;
- ✓ 2002: 17 provas;
- ✓ 2003: 32 provas;
- ✓ 2004: 120 provas

2005 até junho: 65 provas. (SALGADO 2005, pág 20)

A limitação para o número máximo de 20000 corredores no ano de 2005 foi feito pela própria organização da prova por questões organizacionais e de segurança.

Tais eventos não comprovam uma condição de pessoas praticando atividades físicas, mas incidem numa vontade das pessoas em correr. Correr é uma atividade física natural do ser humano, e muitas pessoas aderem a essas provas. Há um verdadeiro mercado em potencial para promoções, principalmente de artigos esportivos, academias e estilo de vida. Não constituem-se num ramo de atividade de RC, mas encontram-se, resguardada sua peculiaridade, no mesmo contexto.

O tamanho que a RC vem tomando no Brasil, tem-se a informação abaixo, tirada da URL do instituto Ethos, uma organização não governamental que reúne empresas do país para gestão empresarial aliada a práticas de responsabilidade social (homônimo de RC):

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Seus 1056 associados – empresas de diferentes setores e portes – têm faturamento anual correspondente a cerca de 30% do PIB brasileiro e empregam cerca de 1 milhão de pessoas, tendo como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente. (<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>).

A RC vem a preencher o vazio deixado pelo Estado nas políticas voltadas para a sociedade. Entretanto, é necessário lembrar que o maior problema não reside no fato das empresas tomarem essas iniciativas, mas reside no fato, já mencionado linhas atrás, que o Estado

está sendo **substituído** nesse parâmetro. As políticas das administrações públicas partem do pressuposto do bem comum como meta em si próprio, não como máscara de outro interesse, dessa forma, as políticas públicas têm a seu favor o fato que, usufruindo o recurso dos impostos pagos, a população teria a disposição um governo que gerisse em prol desta uma gama de políticas de bem estar social. Porém ao ser delegada a tarefa a instituições financeiras, obviamente o interesse do lucro irá mover qualquer iniciativa, uma vez que a filantropia, assim posta, e como já citado, serve como veículo de divulgação e difusão da marca ou do produto, com o objetivo final de gerar dividendos.

Raciocinando nesse sentido, a maior arma, que pode ser “vista” nas entrelinhas dos programas de responsabilidade social é a inserção mais profunda e mais aprofundada da marca, empresa ou produto na sociedade. Vinculados a uma causa nobre, e com a força de uma indústria cultural amplamente embasada na mídia mundializada, acabam por fazer parte da sociedade determinados produtos e marcas (por exemplo, a Parmalat, quando patrocinou o Palmeiras, o Banco do Brasil, patrocinando a seleção brasileira de vôlei), sendo assim em suas respectivas categorias, os primeiros nomes a serem lembrados e comprados (independente de se tratar de serviços ou produtos). Tal como a afirmação sugere: “Ninguém ignora que a capacidade de comunicação é, para o homem, como para toda espécie viva, a condição indispensável de seu estar no mundo, ou seja, da sua sobrevivência.” (Paul Virilo 1996)

Não há aqui a vontade ou iniciativa de refutar o benefício social que tais iniciativas ofertam. Pelo contrário, é de interesse de todas as pessoas de bem (e do autor também) que o bem seja feito como objetivo em si mesmo para todos. A RC é um bem à sociedade, e corresponde a uma obrigação dos diferentes atores sociais. Porém, em todas as iniciativas citadas, caso o leitor busque observar as páginas na internet, verá um logotipo anexado, uma marca. Não há dúvidas da assimilação tentada entre o benefício social e o logotipo.

Não se tratam tais apelos de promover o bem comum como fim, e sim o lucro, em última instância, alguns subprodutos derivados dessa lógica, não necessariamente da RC, mas do conceito no qual elas estão inseridas, devem ser citadas. Conforme já mencionado, aceitação-recusa de pessoas em aderir a programas de atividade física engloba uma discussão bastante complexa, mas, neste caso, não faz sentido algum promover o debate, pois simplesmente não atende à necessidade do negócio (divulgação e propaganda):

[...]implicam a associação entre massificação da informação, com a colaboração de consultores técnicos – sempre dispostos a usufruir, em benefício próprio, do impacto

de estarem na mídia, como denuncia Bordieu (1997) - , e a estratégia de 'culpabilização da vítima'(...) (PIRES, 2000, p. 51).

Dessa forma, o apelo para que não se tornem mais presentes que as políticas públicas é feito não somente no sentido da busca de uma contra-argumentação em relação à omissão do Estado para com a sociedade, mas também no sentido de que as empresas nunca procurarão, em suas ações, atingir o bem comum; sua busca sempre será o lucro, e essas iniciativas se mostraram um caminho atalho para geração de maiores lucros, por meio da difusão de uma imagem politicamente correta e da difusão do produto/marca por meio desta imagem construída. A responsabilidade corporativa, como se encontra, no papel de substituidora das ações governamentais torna-se então mais nociva que benéfica, uma faca de dois gumes, antagonicamente benéfica e predadora.

5 Buscando Concluir

Há algumas observações a serem feitas na busca da conclusão. A primeira delas é uma série de fatores que desencadeou determinado papel na contribuição para a situação atual no Brasil. Quando o mundo estava mergulhado na Guerra Fria, onde os governos empenhavam-se majoritariamente na busca pelo poder, na América Latina, onde os países estavam sob a influência da economia estadunidense, os EUA colaboraram com a implantação de governos alinhados com seus interesses, a fim de interromper o avanço socialista pelo continente, e manter a América como um todo no contexto capitalista. Tal ação culminou na implantação de ditaduras austeras militares nos países latino-americanos.

Por sua vez, os rumos tomados por estes governos, encaminharam os respectivos países a um sistemático processo de endividamento, juntamente com a recém instalada crise do petróleo, que por sua vez, culminou no fato da oferta abundante de capital, aguçando os líderes nacionais a tomar empréstimos consideráveis.

Com o fim da guerra fria, e o segundo choque do petróleo, a oferta de dinheiro minguou. Os países latino americanos agora se viam sem alternativas para pagar suas dívidas, que cresceram, juntamente com os juros internacionais, tornando impagável a dívida externa. A isso, some-se a queda nas importações agrícolas dos países desenvolvidos, agravando ainda mais a situação econômica no terceiro mundo.

Como única saída, agora num mundo em processo de globalização da economia, os países mergulhados numa terrível recessão, se viram sem outra alternativa senão aceitar os termos das instituições multilaterais para acertar a renegociação da dívida externa, fato este que por um lado ajudou a reorganizar as contas internas, reestruturar as dívidas e abrir as portas para novos investimentos, porém, ao preço de um terrível custo social, subjugando o governo a reles administrador do aparelho do Estado como um apêndice da economia.

Assim, a pior de todas as conseqüências cabe à sobreposição da economia e dos assuntos econômicos em relação à sociedade. Mais importante tornou-se administrar a economia que as carências da população, da violência crescente, do banditismo, das desigualdades sociais que aumentaram como nunca visto antes. Dentro deste contexto, podemos citar a concepção por trás das políticas públicas de promoção a saúde e atividade física, alinhadas a uma filosofia de

omissão do Estado nas suas obrigações, abrindo caminho para iniciativas privadas de promoção a esportes e atividades físicas com inúmeros fins, que, por sua vez, visam única e exclusivamente o aumento da receita dos atores envolvidos nessas campanhas.

Subordinando as políticas públicas aos ditames do capitalismo neoliberal e alinhando a consecução das políticas à filosofia do Estado-mínimo, cria-se o elo entre Política Internacional e política pública. Não se faz, atualmente, essa indiferentemente àquela. Poderia acontecer tal fato, mas a conformidade em manter um rumo pré-estabelecido vigora na maioria das vezes.

A omissão gera uma lacuna, que é preenchida por novos atores sociais, que utilizando-se da boa fluência das ações sociais, promovem marcas ou produtos, de forma indireta, vinculando-as com iniciativas politicamente corretas. A sua existência não é um problema: este reside no fato que o estado está se deixando substituir por isso, não contemplando o seu dever para com a sociedade.

Visto que a ciência política utiliza as demais ciências e, ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre o que devemos nos abster, a finalidade dessa ciência deve ser necessariamente abranger a finalidade das outras, de maneira que essa finalidade deverá ser o bem do ser humano. (Aristóteles 2004, p.18)

Não podemos nunca deixar-se perder a máxima da política, segundo Aristóteles. Se a política deve servir ao bem do ser humano, então, há a necessidade de mudar o rumo da política:

Melhorar radicalmente a nossa capacidade de governo tornou-se uma questão de sobrevivência. (...) O estado moderno não pode se limitar a gerir racionalmente o absurdo. A reforma do Estado tem um "norte fundamental": humanizar e reequilibrar a sociedade (DOWBOR in DOWBOR, IANNI e RESENDE, 1997, p. 10).

Nesse sentido fica evidente a necessidade do governo em rever seus conceitos de políticas públicas, uma vez que com o aumento das desigualdades e injustiças não têm sido acompanhadas de ações efetivas e eficazes em contra partida. Não apenas as políticas envolvendo atividades físicas e saúde, mas qualquer política voltada à sociedade deve seguir o rumo do bem comum em si próprio; qualquer outro interesse mais forte que este direcionará os esforços na degeneração do bem comum em virtude do interesse individualista.

O papel do cidadão nessa mudança é fundamental. Cidadania não consiste em uma relação de concessão ou de benefício puramente, mas sim numa relação de troca, entre benefícios e deveres. O benefício é ser cidadão, de poder usufruir sua condição de cidadão, de

contribuinte, de ser humano, de ser livre e merecedor de respeito. A obrigação é o dever de lutar para manter-se como pessoa livre e cidadã, o dever de agir ativamente na sociedade.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **“Ética a Nicômaco”**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BOLETIM do Ministério dos esportes. Disponível em:
<http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp>. Acesso em: 12 dez. 2005.

CAMPENE, Rafael Zoppi; GONÇALVES, Aguinaldo. **“Atividade física no controle da hipertensão arterial”**. Revista Brasileira de Medicina, São Paulo, v. 59, n. 8, p.561-567, ago. 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **“Dependência e desenvolvimento na América Latina”** : ensaio de interpretação sociológica. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARVALHO, Delgado de. **“Relações internacionais”** : nível superior. Rio De Janeiro: Record, 1971.

CARVALHO, Yara Maria de. **“O Mito Atividade Física/Saúde”**. 1993. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CAVALCANTI, Katia Brandão. **“Esporte para todos : um discurso ideológico”**. São Paulo: IBRASA, 1984.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **“Análise das relações internacionais”**. Brasília: UnB, 1968.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paul-Edgar A. (Org.). **“Análise das relações internacionais”**. Rio De Janeiro: Vozes, 1999.

GONÇALVES, A. **“Conhecendo e Discutindo Saúde Coletiva e Atividade Física”**. Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GONÇALVES A., GUTIERRES L.G., VILARTA R.,(Org.). **“Gestão da Qualidade de Vida na Empresa”**. Campinas: IPES, 2005.

GONÇALVES, A. **“Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida”**. In: Roberto Vilarta. (Org.). Qualidade de Vida e Políticas Públicas: Saúde, Lazer e Atividade Física.. 1 ed. Campinas, SP, 2004, v. 1, p. 17-26.

GONZÁLES, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **“Dicionário crítico de Educação Física”**. Ijuí: Unijui, 2005.

HOBBS, Thomas. **“Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil”**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

INSTITUTO Ayrton Senna. Disponível em:
<<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

INSTITUTO Ethos. Disponível em:
<<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>.
Acesso em: 05 nov. 2005.

INSTITUTO Rebidia. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm>. Acesso em: 05 nov. 2005.

INSTITUTO Vivo. Disponível em: <<http://www.vivo.com.br/institutovivo>>.
Acesso em: 05 nov. 2005.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **“Power and interdependence”**.
Glenview: Scott, Foresman, 1989.

KLIKSBERG, B. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000 apud PALMA, Alexandre; NOGUEIRA, Leandro. **“Reflexões acerca das Políticas de Promoção de Atividade Física e Saúde: uma questão histórica”**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p.561-567, ago. 2002.

LOVISOLO, H. **Atividade física, educação e saúde**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000 apud PALMA, Alexandre; NOGUEIRA, Leandro. **“Reflexões acerca das Políticas de Promoção de Atividade Física e Saúde: uma questão histórica”**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p.561-567, ago. 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **“O príncipe: escritos políticos”**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MORGENTHAU, Hans J. **“A política entre as nações : a luta pelo poder e pela paz”**. São Paulo: Imprensa Oficial Do Estado : UnB, 2003.

PALMA, Alexandre; NOGUEIRA, Leandro. **“Reflexões acerca das Políticas de Promoção de Atividade Física e Saúde: uma questão histórica”**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p.561-567, ago. 2002.

PIRES, Giovanni De Lorenzi. **“A Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipadora em pesquisa-ação no ensino de graduação”**. Subsídios para a saúde?. 2000. 144 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PROJETO Educação pelo esporte. Disponível em:
<<http://www.educacaopeloporte.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

PROJETO Mexa-se. Disponível em: <<http://www.cecom.unicamp.br/mexa-se/>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

REZENDE, Flavio. **“Novos Estudos”**. São Paulo: Cebrap, 2002.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **“O que são relações internacionais”**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALGADO, José Vítor Vieira. **“Análise Quantitativa da Evolução das Corridas de Rua e das Características dos Praticantes desta Modalidade”**. 2005. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

STOESSINGER, John George. **“O poder das nações: a política internacional de nosso tempo”**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SITE oficial do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 05 nov. 2005.